



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

BARULHO DO SILÊNCIO
Infografia multimídia sobre violência
sexual contra crianças e adolescentes

JANAINA ARAUJO LIMA

Campo Grande
JUNHO/2024

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



BARULHO DO SILÊNCIO
Infografia multimídia sobre violência
sexual contra crianças e adolescentes

JANAINA ARAUJO LIMA

Relatório apresentado como requisito parcial para aprovação na Componente Curricular Não Disciplinar (CCND) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Bacharelado em Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Orientador(a): Prof. Dra. Rafaella Lopes Pereira Peres

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



03/07/2024, 10:23

SEI/UFMS - 4901725 - Ata



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Título do Trabalho: Barulho do silêncio: infografia multimídia sobre violência sexual contra crianças e adolescentes

Acadêmico: Janaina Araújo Lima

Orientador: Rafaella Lopes Pereira Peres

Data: 24/06/2024

Banca examinadora:

1. Felipe Quintino Monteiro Lima
2. Julyana Oshiro

Avaliação: (x) Aprovado () Reprovado

Parecer: Parabenzamos pelo trabalho apresentado (processo produtivo e resultado), indicamos a importância de consideração das questões pontuadas pela banca (relatório e infográfico) e reforçamos a relevância de ampliar a divulgação do trabalho.

Campo Grande, 24 de junho de 2024.

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Rafaella Lopes Pereira Peres, Professora do Magistério Superior**, em 24/06/2024, às 15:17, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Laura Seligman, Professora do Magistério Superior**, em 28/06/2024, às 10:59, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



03/07/2024, 10:23

SEI/UFMS - 4901725 - Ata



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4901725** e o código CRC **99202B97**.

COLEGIADO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO (BACHARELADO)

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.016982/2024-74

SEI nº 4901725

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)

Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



SUMÁRIO

Resumo.....	5
Introdução.....	6
1. Suportes teóricos adotados	8
1.1. Violência sexual contra crianças e adolescentes	8
1.2. Infografia e jornalismo.....	13
1.2.1. Infográfico multimídia.....	16
2. Atividades desenvolvidas	20
2.1. Execução	20
2.1.1. Metodologia	20
2.1.2. Entrevistas e apuração de dados.....	21
2.1.2.1. Entrevistas com fontes personagens.....	28
2.1.3. Desenvolvimento da Infografia.....	33
2.2. Dificuldades encontradas	51
2.3. Objetivos alcançados	52
Considerações finais	54
Referências	56
Apêndices	60



AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família de origem, meu pai Elizeu, minha mãe Selma, minha irmã Júlia e minha prima Carolina, que me ensinaram sobre amor e coragem. Também à minha família de Campo Grande, que me acolheu, apoiou e cuidou em todos os meus dias na capital: minha amiga de vida Morris e meu amor da vida, Débora. Por fim aos docentes e colegas da graduação que colaboraram para meu desenvolvimento como jornalista.



RESUMO

Este trabalho apresenta o processo produtivo do infográfico multimídia “Barulho do Silêncio”. Um projeto experimental em Jornalismo, que trata da violência sexual contra crianças e adolescentes. O presente relatório apresenta os suportes teóricos abordados – infografia multimídia, estupro de vulnerável, legislações vigentes e educação sexual e de autoproteção -, a metodologia, as atividades desenvolvidas no processo de produção do infográfico, dificuldades encontradas e objetivos alcançados. No âmbito da execução do produto jornalístico, ela se divide em três seções: a primeira analisa os dados de denúncias desse tipo de crime, em esfera nacional, estadual e municipal, baseado nos números do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e da Secretaria de Segurança e Justiça de Mato Grosso do Sul (MS); a segunda aborda a rede de proteção para crianças e adolescentes, com ênfase na atuação das escolas; e a terceira conta as histórias de vítimas no estado. O objetivo principal deste relatório é a construção de um produto jornalístico multimídia que pretende apresentar os altos números de estupro de vulnerável no país e, em especial, em MS, além de dialogar sobre as ferramentas de proteção à infância e adolescência e a prevenção para esse crime. Para alcançar esses objetivos foram entrevistados especialistas, educadores e vítimas, e feito um levantamento cuidadoso de dados nacionais e regionais para produzir conteúdo jornalístico sobre a temática. O conteúdo foi diagramado e publicado no site *Readymag* e o resultado pode ser acessado no link <https://readymag.website/4843271>

PALAVRAS-CHAVE

estupro de vulnerável; infográfico; intrafamiliar; educação sexual



INTRODUÇÃO¹

Este relatório apresenta o processo produtivo do infográfico multimídia “Barulho do silêncio”, que expõe e discute os dados da violência sexual contra crianças e adolescentes em Campo Grande, especificamente, e em Mato Grosso do Sul (MS) de um modo geral. Trata, também, da rede de proteção às vítimas, com ênfase nas escolas e na educação de autoproteção, assim como em instituições da capital que atuam na proteção e denúncia dessa violência. Ainda, as histórias de vítimas entrevistadas compõem o terceiro bloco deste produto jornalístico a partir da perspectiva da vítima e dos desdobramentos de suas histórias.

A violência sexual ainda é tratada como um tabu, um assunto que gera sentimentos ruins e lembranças escondidas à maioria das pessoas. Tal reação a estes casos contribui para que a conversa sobre o crime seja, por muitas vezes, evitada. Quando as vítimas são adolescentes ou crianças, o silêncio é ainda maior. Porém, o silenciamento sobre as ocorrências de violência sexual pode gerar desinformação e criar barreiras no combate a esses crimes.

O estupro de vulnerável é classificado no artigo 217-a do Código Penal. O documento define que essa violência ocorre quando a vítima tem idade menor que 14 anos, ou se possui alguma enfermidade ou deficiência mental que impossibilite o consentimento, ou ainda, se a vítima, por qualquer estado temporário não puder dar um consentimento consciente. A partir dessa definição, é possível compreender os números publicados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no Anuário de 2023, com 73.024 casos de estupro no Brasil, sendo 56.820 mil, estupro de vulnerável. Mais alarmante ainda, nas denúncias de vítimas vulneráveis, 40.659 casos foram de vítimas com até 13 anos.

Este produto, especificamente, tem o objetivo de contribuir com informação para o/a leitor/a, em especial às vítimas, colaborando na prevenção de episódios de violência sexual e/ou auxiliando o conhecimento e acesso às ferramentas de ajuda, principalmente

¹ Este trabalho faz parte de um esforço de pesquisa que tem como interesse principal relacionar as áreas do Jornalismo e do Design da Informação, a partir de investigações realizadas no projeto de pesquisa “Pensar visual: intersecções possíveis entre o jornalismo e o design da informação”.



no ambiente escolar, onde as crianças e adolescentes passam a maior parte dos dias. Para isso, objetiva especificamente, apresentar os dados das ocorrências desse crime em três esferas: municipal, estadual e nacional. Desta forma, o/a leitor/a podem compreender a recorrência da violência e a importância de divulgação de trabalhos sobre a temática. Também, apresenta ferramentas e instituições que atuam para a proteção de crianças e adolescentes no estado e conta histórias de pessoas que foram vítimas dessa violência em MS, a fim de apresentar os números por meio de casos reais.

Ainda, a escolha de produção de um infográfico multimídia pretende se utilizar de uma plataforma online disponível em aparelhos eletrônicos, para facilitar o acesso e a divulgação, podendo ser utilizado em ambientes que atendam crianças e adolescentes ou estejam incluídas no círculo social delas, como a escola, as Unidades Básica de Saúde ou projetos socioeducativos. Logo, o infográfico deve oferecer praticidade de acesso e, principalmente, o potencial de mobilizar resultados de um determinado problema social.

Com o intuito de alcançar esses objetivos, este relatório apresenta o processo produtivo do infográfico multimídia, “Barulho do silêncio”, com a exposição do suporte teórico para o entendimento das ocorrências e consequências da violência sexual contra crianças e adolescentes e, a educação como uma ferramenta de proteção e prevenção aos abusos sexuais, com apresentação de temáticas como autoproteção e consciência da rede de proteção. Para a execução da infografia foi levado em consideração o esquema de produção das autoras Juliana Carvalho e Isabella Aragão (2012) e outros autores para a definição de infográfico multimídia. Esses embasamentos teóricos são pertinentes para entender a construção de um produto jornalístico e embasá-lo em pesquisas científicas, além de permitir a criação aprofundada. O processo produtivo da infografia é apresentado no item 2.1.3. Execução (preparação para entrevistas com fontes vítimas, a divisão de tarefas e gerenciamento de tempo, entre outros) e contou com objetivos alcançados e algumas dificuldades apresentadas nos itens 2.1, 2.2 e 2.3, respectivamente.



1- SUPORTES TEÓRICOS ADOTADOS

1.1 Violência sexual contra crianças e adolescentes

O estupro de vulnerável é definido no Código Penal, artigo 217, como “ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos” (BRASIL, 2009). Para o Código Penal Brasileiro, o termo ‘ato libidinoso’ vai além do toque físico, sendo determinado como “todo ato de satisfação da libido, ou seja, satisfação do desejo ou apetite sexual da pessoa”. Ambas as definições foram incluídas na alteração do Decreto-lei de 1990, por meio da Lei nº 12.015/2009.

Justino *et al.* (2015), mapearam, em 2015, as notificações de violência sexual no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) nos bairros de Campo Grande (MS), e reforçaram que existem poucas informações, uma subnotificação dos casos, muito provavelmente conectadas ao sentimento de vergonha e medo das vítimas e à falta de capacitação dos profissionais que atendem os adolescentes ou crianças nessas situações, o que gera dados incompletos sobre o crime e suas histórias. Ainda, Paixão e Neto (2020), explicam que a relação de poder entre agressor e vítima impede, muitas vezes, o movimento da denúncia.

O pacto de silêncio se fortalece e se reproduz em função do medo de denunciar por parte da população e dos profissionais. Esse medo se justifica pela falta de informação sobre o SGD [Sistema de Garantia de Direitos], pelas exigências burocráticas no atendimento e pela falta de recursos (Paixão; Neto, 2020, p. 100).

Nas 172 fichas analisadas para o trabalho de Justino *et al.* (2015), 121 (70,4%) adolescentes vítimas dessas violências tinham entre 12 e 14 anos; o local de maior ocorrência desses crimes é dentro da residência dos adolescentes (53,5%) e em 89 casos (51,7%), o agressor era do convívio da vítima. Esta pesquisa apresenta características relevantes sobre o crime de violência sexual, como o local onde acontecem e quem são as vítimas e os agressores, a maioria intrafamiliares. Segundo a cartilha elaborada pelo Governo Federal para o “Maio Laranja”, o abuso sexual intrafamiliar é quando o agressor está ligado à vítima por laços de consanguinidade (mãe,



pai, tio, etc.), afinidade (padrasto, madrasta, cunhado, etc.) e responsabilidade (tutela, adoção, guarda, etc.).

No Brasil, após o fim do regime militar, junto ao movimento de redemocratização, tornaram-se fortes as lutas para a construção de políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente, e foi em 13 de julho de 1990 que o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei no 8.069) foi promulgado, dois anos após a Constituição Brasileira (Silva, 2017, p. 24). Convergente ao Estatuto da Criança e do adolescente, o Código de Menores, promulgado em 1979 (Lei 6.697) tinha a função de punição posterior ao ocorrido. Com a vigência do Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), foi esclarecido em vários de seus artigos que é responsabilidade de todos a prevenção e proteção integral. “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (ART. 18). Assim, inclui-se a violência sexual nas situações que violam a dignidade do adolescente ou da criança.

Santos (2009), divide a violência sexual contra crianças e adolescentes de duas formas: o abuso sexual e a exploração sexual. O primeiro refere-se à violência sexual intrafamiliar ou extrafamiliar, já o segundo ocorre quando o violador da criança ou adolescente explora a situação de vulnerabilidade da vítima para um caráter comercial. Apesar dos vários formatos em que esta violência se manifesta e do uso de diferentes termos, este trabalho é sobre o abuso sexual. O crime também será tratado nos termos de ‘violência sexual’ e ‘abuso sexual’, já que o significado de ambos varia entre os autores selecionados, mesmo que se refiram ao mesmo ato que viola o direito e a dignidade de adolescentes e crianças.

Cruz (2005), por sua vez, explica que a violação do bem-estar ou integridade da vítima pode acontecer por meio da violência psicológica e/ou física. O autor define a violência física quando a criança ou adolescente apresenta danos no corpo, como arranhões, cortes, dores ou hematomas; já a psicológica ocorre constantemente, seja com sedução ou ameaças para que a criança ceda ao abuso e fique em silêncio. Nesse contexto, é importante reconhecer a característica mais cruel desta violência, que é o



silenciamento das vítimas. Ainda, quando o violador desta criança ou adolescente é um membro da família, muito próximo da vítima ou que está em posição de 'adulto responsável', existe uma barreira de medo e trauma para que a pessoa violada revele o que sofreu.

Entende-se por abuso sexual intrafamiliar toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o pleno desenvolvimento de um membro da família. Pode ser cometida dentro e fora de casa, por qualquer integrante da família que esteja em relação de poder com a pessoa agredida. Inclui também as pessoas que estão exercendo a função de pai ou mãe, mesmo sem laço de sangue (Lima, 2017, p.10).

Em muitos casos, a criança ou o adolescente vê a situação como um segredo sujo que deve ser guardado. Santos e Dell' Aglio (2010), indicam que, depois de revelados os casos de abuso sexual, a vítima pode ser desacreditada pela própria família ou, ainda, quando é ouvida e tem coragem para realizar uma denúncia legal, passa por uma situação de revitimização nas instituições que deveriam atender e notificar os casos, pois raramente existem provas físicas do crime, e quase nunca existem testemunhas. Ou seja, a denúncia realizada pela vítima se apoia, na maioria das vezes, apenas no seu relato como prova. Segundo Balbinotti (2009), "a crença de que 'crianças mentem e adultos falam a verdade' ou de que 'a comunicação das crianças é menos válida ou menos confiável' traz prejuízos no processo judicial."

Para que os crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes sejam julgados legalmente, primeiro é preciso que essas vítimas consigam ter coragem de quebrar o silêncio. Depois, é preciso que o adulto que a tenha escutado acredite em sua história e procure as ferramentas legais para uma denúncia. As vítimas desta violência, na maioria das vezes, têm um sentimento de culpa e vergonha por passar pela situação abusiva, e medo de revelar a alguém o que ocorreu, pois acreditam que causarão 'desconfortos' à família sobre o abuso realizado por outro integrante de seu ambiente intrafamiliar (Balbinotti, 2009).

Uma análise de caso realizada por Santos (2009), indica um padrão de comportamento e características específicas sobre situações de violência sexual contra adolescentes e crianças. O autor ressalta que existem altos índices de reincidência do



crime, que a violência acontece mais de uma vez e que o criminoso pode violar a mesma pessoa ou outras por meses ou anos, principalmente nos casos em que as vítimas moram no mesmo local que seus abusadores.

O fator de reincidência deste crime reforça mais uma vez o nível de impunidade que existe sobre os culpados. Ainda assim, é possível dispor de mecanismos de prevenção para que episódios de violência sexual contra adolescentes ou crianças não aconteçam ou para que, pelo menos, sejam reconhecidos e denunciados urgentemente. O principal, e talvez mais eficiente, seja capacitar crianças e adolescentes sobre como se protegerem e como perceber os limites que devem ser impostos sobre seus corpos.

Sendo assim, é essencial o papel da escola na prevenção dos episódios de violência sexual contra adolescentes e criança, já que passam a maior parte de seus dias dentro de sala de aula e criam laços de amizade e confiança com as pessoas que estão naquele ambiente – o que o torna um potencial local de denúncias e acolhimento.

A Lei 13.005, de 2014, aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), que tem o objetivo de estabelecer metas para a educação brasileira, com a fiscalização de órgãos públicos nacionais. Este documento é composto por 20 metas, e cada uma delas indica estratégias para que seja possível sua execução de forma satisfatória. De acordo com este documento, para a execução da meta 7 é necessário “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)”, complementada pela estratégia 7.23 que visa garantir o combate à violência. Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade (Brasil, 2014).

Atualmente, é possível entender, portanto, que a instituição de ensino não tem apenas a função de transmitir conhecimento, mas também de discuti-lo. Assim, na escola é possível construir modelos de sociedade que previnam e combatam a violência sexual contra adolescentes e crianças (Santos, 2011). A instituição escolar tem papel preponderante no combate às mais variadas formas de violência sofridas pelas crianças e pelos/as adolescentes. Não obrigatoriamente isso deve ocorrer em uma disciplina



específica, mas, sobretudo, por meio de diálogos e de práticas interdisciplinares que contribuam para que o conhecimento chegue ao corpo discente (Oliveira, 2020)

Em 1999, no 14º Congresso Internacional de Sexologia, foram estabelecidas diretrizes para a garantia de direitos sobre a saúde sexual de qualquer pessoa. Nelas podemos destacar três que são relevantes para a criança ou o adolescente: em primeiro lugar, o direito à autonomia sexual, à integridade sexual e à segurança do corpo sexual, que estão relacionadas às decisões de uma pessoa sobre suas escolhas sociais e a autonomia sobre seus prazeres e corpos, que devem ser livres de qualquer violência; em segundo, o direito à informação baseada no conhecimento científico, no qual a escola pode desempenhar papel importante, informando sobre os cuidados do próprio corpo, o que previne não somente a violência, mas também, a transmissão de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) ou uma gravidez precoce; e em terceiro, o direito à educação sexual abrangente, que pode ser trabalhado tanto nas escolas quanto em outras instituições de atendimento à saúde (Santos, 2011).

Nesse sentido, é relevante considerar a sugestão do Guia Escolar (Santos, 2011), sobre o passo a passo para construir um ambiente de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes nas escolas. Santos (2011), sugere que primeiro é necessário capacitar as/os professoras/es; depois, realizar um trabalho de prevenção com as/os alunas/os e por fim levar o tema para uma conversa com as/os responsáveis e a rede de apoio dessas/es estudantes.

Por fim, interessa a este trabalho a proteção à infância e à juventude e a garantia de direitos para a prevenção à violência sexual. Baseado nessas considerações, o infográfico produzido com métodos jornalísticos informa a todos/as os/as leitores/as sobre o dever dos adultos de proteger de forma integral crianças e adolescentes desse crime, e como quebrar um ciclo de silêncio sobre o abuso sexual com as informações necessárias sobre as redes de apoio existentes, a serviço da criança e do adolescente. Ainda, o produto jornalístico é apresentado em formato multimídia com o objetivo de compartilhar informações importantes de maneira atrativa sobre uma temática carregada de preconceitos e medos.



1.2 – Infografia e Jornalismo

Para este trabalho, a infografia não é um produto apenas para atrair os olhos dos/as leitores/as com elementos visuais, mas também uma possibilidade de abordar uma temática sensível de maneira descomplicada e organizada, pois “a infografia tem a função de facilitar a comunicação, amplia o potencial de compreensão pelos leitores, permite uma visão geral dos acontecimentos e detalha informações menos familiares ao público” (Ribas, 2004, p.4).

De acordo com Lima (2015), “a infografia é um termo recente para algo utilizado para uma atividade que já vem sendo praticada há muito tempo”. Embora seja difícil definir o primeiro infográfico criado, é possível definir um marco de referência para o infográfico no jornalismo. Sousa (2012), apresenta a década de 1980 como um marco, por conta da reforma nas políticas editoriais, partindo de estudos sobre o trabalho de Cairo (2008). Segundo a autora, tais reformas foram promovidas por Neuharth (1980), com o objetivo de atender os gostos dos/as leitores/as, diante de novos hábitos a partir do consumo de notícias pela televisão (Sousa, 2012).

Além disso, ao considerar a pesquisa de Valero Sancho (2001), Sousa (2012) relata que outro fator fundamental para a ascensão da infografia foi a introdução do computador Macintosh. O avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) possibilitou a informatização das redações, o que reduziu os custos e acelerou a produção de infográficos. Ainda, durante a cobertura da Guerra do Golfo, em 1991, pela imprensa escrita, ao enfrentar a escassez de fotografias, o jornalismo recorreu ao uso de mapas e diagramas para descrever os eventos, fator este que proporcionou a consolidação da infografia como um gênero jornalístico essencial (Sousa, 2012, p. 44).

Rajamanickam (2005), explica o termo a partir de como este é disposto ao leitor, pois considera que a infografia “implica filtragem da informação, estabelecer relações, diferenciar padrões e representá-los de uma forma que permitam ao leitor compreender que tal informação constrói algo com significado” (Rajamanickam, 2005, p. 2).

Partindo do mesmo entendimento, Moraes (2013), explica que a infografia “se vale da objetividade e da impossibilidade de outras interpretações, posto que apresenta e



explica informações complexas” (Moraes, 2013, p. 19-20). A partir do exposto, podemos alinhar a concepção do autor ao objetivo proposto pelo infográfico desenvolvido neste trabalho, pois, diante da demanda complexa que é tratar de violência sexual de vulneráveis, e o uso da ferramenta visual proposta por este autor, entendemos que a infografia pode ser considerada um recurso didático, com possibilidades para facilitar o acesso à linguagem jornalística e à receptividade do/a leitor/consumidor/a.

Por outro lado, ao analisar o conceito do autor e de outros diferentes estudiosos da infografia, Carvalho e Aragão (2012), explicam que é necessário compreender a infografia como um sistema complexo, em que seja considerado também a linguagem visual e o uso de gráficos. Nesse viés, as autoras, ao destacarem esses elementos, definem o infográfico, ainda que de forma preliminar, como “um artefato produzido no intuito de comunicar uma mensagem, que resulta de uma interpretação de dados contextualizados visualmente através da integração de texto, imagens e/ou formas” (Carvalho e Aragão, 2012, p. 163).

No que tange à linguagem visual ou pictórica, esta não segue uma linearidade como a linguagem verbal. Sobre este fato, Twyman (1985), explica que a característica não-linear da linguagem visual proporciona liberdade ao/a leitor/a, ao possibilitar um direcionamento autônomo de sua leitura. Os infográficos “podem unir o pictórico às palavras graficamente, pontuando e guiando a leitura” (Lima, 2015, p. 116). Além disso, Lima (2014) complementa que, ao tomarmos a definição de infográfico apenas como uma variedade de recursos gráficos que não se limitam ao texto escrito, não haveria uma diferença clara entre a infografia e um diagrama convencional, “uma vez que a infografia não é único elemento gráfico que utiliza vários recursos desse tipo” (Lima, 2015, p. 120). Porém, quando utilizados como recurso complementar à linguagem jornalística, os infográficos podem não só tornar a linguagem mais atrativa, mas também promover a compreensão de assuntos que são considerados complexos para a sociedade em geral. Ademais, tem sido considerado um recurso de extrema importância de linguagem gráfica, facilmente adaptável às novas mídias, que tem ganhado frente diante da modernização da comunicação (Lima, 2015, p. 111).



1. Um tipo de matéria jornalística que não se limita ao texto escrito. 2. Tem a seu dispor a linguagem verbal gráfica, esquemática e pictórica. 3. A estratégia de leitura pode se desenvolver de forma não-linear. 4. A infografia é um tipo de iconografia (ilustração, diagrama, etc.) pela possibilidade de se comportar como fonte autônoma de informação (Lima, 2007, p. 26).

Além de concordar com os conceitos definidos por Lima (2007), há de se mencionar que o jornalismo e a infografia também podem seguir a mesma estrutura formal de uma notícia, como atender aos cinco W's que fundamentam a produção jornalística. Sousa (2012), explica que deve ser, primeiramente, identificado o elemento central no processo de informação (*what*); determinada uma organização sobre como utilizar a vasta quantidade de informações disponíveis (*how*); decidido o momento adequado para a publicação (*when*); estabelecido em quais palavras ou locais os links serão inseridos (*where*), além de justificada a escolha de determinados conteúdos (*why*) (Sousa, 2012).

Considerando a produção infográfica como citada acima por Sousa (2012), Teixeira (2010) acrescenta que a infografia pode ser incluída como um subgênero do gênero informativo jornalístico, com considerações aos princípios éticos de qualquer produção jornalística, ou seja, a veracidade e a qualidade de apuração.

De modo geral, é possível compreender que a implementação da infografia no jornalismo possibilita ao leitor uma experiência imersiva da informação, não somente como um complemento.

Trata-se de uma narrativa e um gênero completamente novo, independente, com características próprias e com grande potencial para atender as demandas de um novo leitor/consumidor de notícia, menos interessado em ser somente informado e mais propenso a participar da construção da notícia (Silva e Barboza, 2017, p. 351).

A compreensão das características e o conhecimento da história da infografia no jornalismo possibilita um potencial de informar sobre temas diversos em diferentes formatos, incluindo o proposto por esse produto. A violência sexual contra crianças e adolescente é rodeada de desinformação e preconceitos que afetam no conhecimento do público sobre a prevenção, educação, legislação e atendimento de instituições da rede de proteção. Desta forma, escolhemos um produto jornalístico que pudesse ser



compartilhado de forma digital e comunicasse de forma evidente e atrativa uma temática difícil, cultural e emocionalmente.

1.2.1 – Infográfico multimídia

Como citado no tópico anterior, a presença de novas tecnologias possibilitou que os infográficos fossem produzidos em diferentes mídias. No quesito digital, Ribas (2004), define como ‘infográfico multimídia’ aquele que é constituído por vários outros elementos comunicativos, como vídeo, foto ou som e está potencialmente presente na web. “No ciberespaço, ela é potencialmente multimídia e agrega as características do meio, apresentando uma estrutura multilinear que integra diferentes formatos, constituindo uma unidade informativa” (Ribas, 2009, p. 10).

Assim, compreender as características da infografia no espaço online exige uma reflexão atenta da construção visual e dos tipos de mídias necessários, para que os objetivos comunicacionais possam ser alcançados, considerando o público-alvo, a seleção dos elementos visuais, a organização embasada das informações.

Para isso, a produção da infografia deve ser planejada de acordo com as intenções comunicativas do conteúdo jornalístico produtivo. Carvalho e Aragão (2012), propõem uma metodologia produtiva que se divide em três fases: concepção, execução e acabamento; e que é pertinente a este trabalho (Figura 1).

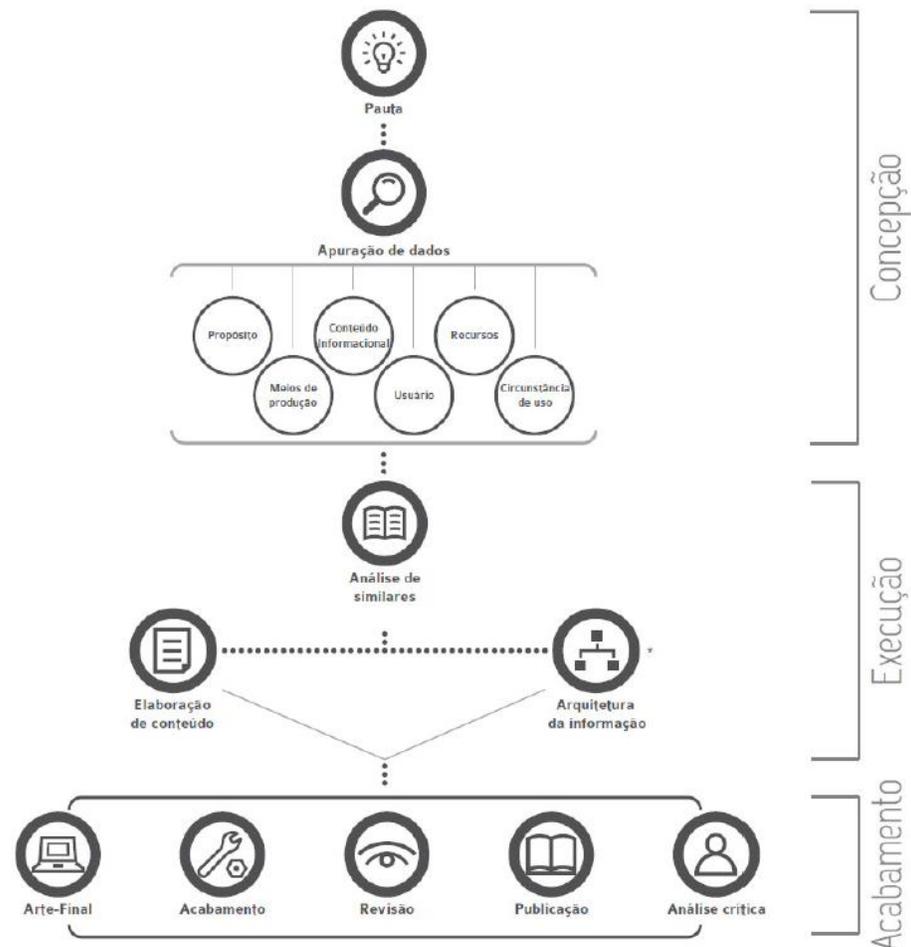


Figura 1. Metodologia projetual apresentada por Aragão e Carvalho (2012, p. 175)

As autoras apresentam as etapas em ordem; a primeira fase, concepção, prevê pesquisa e apuração da informação, e nesse momento é importante ser definido qual é o tema e qual sua relevância para o/a leitor/a por meio de buscas aprofundadas e dados. Durante a fase de execução, a segunda fase, é necessário organizar referências, analisar e arquitetar as informações com o conteúdo textual e visual do infográfico. Por fim, na terceira fase, o acabamento, deve ser realizada a revisão e união dos elementos visuais e textuais em um artefato coeso e condizente com os objetivos iniciais da produção.



Para aplicar essas etapas na construção de um infográfico é necessário levar em consideração as características do espaço onde será produzido e considerar como a infografia se aproveita delas para potencializar as informações jornalísticas que serão apresentadas. No caso de uma infografia digital, portanto, é importante considerar também o que Palacios (2002), apresenta como características relacionadas ao ciberespaço: (1) multimídia, (2) interatividade, (3) hipertextualidade, (4) personalização e (5) memória.

Para o autor, a multimídia está relacionada com a possibilidade de uso de variadas mídias na produção em Web (vídeo, áudio e texto); a interatividade é a relação do/a leitor/a com o artefato, considerada a possibilidade de interagir com o texto e contribuir para a construção da informação; a hipertextualidade são os links selecionados para o texto, informações extras que também causam interação entre o/a leitor/a e o texto; a personalização está relacionada ao acesso do/a leitor/a e as preferências de temas que, no espaço Web, pode ser determinado com o que é mais acessado por aquele/a consumidor/a; e por fim, a memória é definida pelo autor como a possibilidade quase ilimitada de armazenar informações, “o jornalismo tem a sua primeira forma de memória múltipla, instantânea e cumulativa [...] bem como permite a disponibilização imediata de informação anteriormente produzida e armazenada” (Palacios, 2022, p. 5).

A infografia multimídia mantém as características essenciais da infografia impressa, mas ao ser realizada através de outros processos tecnológicos, agregar as potencialidades do meio e ser apresentada em outro suporte, estende sua função, altera sua lógica, incorpora novas formas culturais (Ribas, 2004, p. 2).

Silva e Barboza (2017), apresentaram as características da infografia impressa em convergência com a digital em um período de transição, baseados no referencial teórico de Salaverría e Cores (2005). Os autores explicam, que a primeira fase de infográficos digitais repete as mesmas formas e modelos dos impressos, para depois chegar até a fase de produção com características, essencialmente, multimídias, explorando as possibilidades do ciberespaço como a interação do/a leitor/a.

Ainda, segundo Ventura (2018, p.1), “o crescimento exponencial do número de dados disponibilizados na rede, assim como o avanço e a popularização das Tecnologias



de Informação e Comunicação (TICs) traz para o ecossistema jornalístico novos desafios e possibilidades”. Esse avanço, impulsiona o desenvolvimento de ferramentas capazes de lidar com a amplitude de dados disponíveis e, também, de compartilhá-los.

No ambiente virtual, portanto, os infográficos podem ampliar suas capacidades expressivas ao combinar uma série de recursos capazes de apresentar de maneira diferente, ou mesmo facilitar o acesso a grande quantidade de dados e/ou dados complexos. No caso deste trabalho leva em consideração a prática do jornalismo de dados, que de acordo com Mancini e Vasconcelos (2016, p.71), tem forte atuação no ciberespaço, pois “a busca online e a novos softwares de análise e visualização, amplifica o campo de investigação jornalística”. Os autores apresentam duas realidades dessa modalidade, o Jornalismo *com* Dados e o Jornalismo *de* Dados, que trabalham com os dados de maneira diferente.

[...] enquanto o primeiro contemplaria reportagens que se apropriam de dados de forma ilustrativa, no segundo caso, os dados seriam a própria razão da reportagem. No primeiro caso, o dado quantitativo teria o papel de auxiliar a ilustrar uma reportagem; no segundo, o dado seria o próprio fundamento da pauta e a história das relações entre os dados conduziria, neste caso, a reportagem (Mancini e Vasconcelos, 2016, p. 75).

É importante pontuar, que o infográfico, contudo, não tem como pauta exclusiva a relação dos dados, mas os utiliza como parte dos blocos de informação, preocupado com uma visualização gráfica capaz de promover um melhor entendimento desses dados e das discussões que podem surgir a partir deles.

é utilizada de modo a permitir que o conteúdo da reportagem seja aprimorado pela comunicação visual, não no sentido estético, ainda que desejável, mas no sentido de que essa comunicação promova/incentive a compreensão analítica da reportagem de dados (Mancini e Vasconcelos, 2016, p. 76).

Por fim, ao considerar a complexidade do tema deste trabalho e a função social do jornalismo, entendemos que a infografia multimídia possibilita um compartilhamento com diversos públicos, sejam estes adultos ou adolescentes, podendo propor, inclusive, uma possibilidade de contribuição educativa em espaços educacionais, com a apresentação dos dados e ferramentas de prevenção e proteção integral a crianças e adolescentes.



Assim, nos próximos tópicos apresentamos a metodologia, o processo de produção com apuração e o desenvolvimento da infografia “O barulho do silêncio”, as dificuldades encontradas e os objetivos alcançados.



2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.1. Execução

2.1.1. Metodologia

A execução da infografia “O barulho do silêncio”, que trata da violência sexual contra crianças e adolescentes, se utiliza das etapas de produção indicadas de Carvalho e Aragão (2012), anteriormente.

O primeiro passo foi a determinação do tema/pauta do trabalho, no primeiro semestre de 2022, durante a disciplina de Projeto Experimental I, que tinha como objetivo o levantamento teórico, planejamento e escrita do pré-projeto para o Trabalho de Conclusão de Curso. No âmbito prático, a pesquisa bibliográfica e documental se iniciou com a apuração de dados nacionais e estaduais da violência sexual contra crianças e adolescentes, e as definições legais e teóricas sobre as variações desta violência. Nessa primeira fase, também foi determinado o propósito do trabalho – informar sobre as consequências da violência sexual contra crianças e adolescentes e apresentar possibilidades de prevenção e combate por meio da construção de um infográfico multimídia; foi definido o conteúdo informacional – levantamento de dados de ocorrências de crime de estupro a vulnerável, mapeamento de instituições e profissionais da rede de proteção e histórias de pessoas adultas que foram vítimas, na infância ou adolescência; quem seriam os usuários/público alvo – crianças e adolescentes estudantes, rede de proteção para crianças e adolescentes e público geral que tem interesse e dúvidas a respeito da prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes; os recursos necessários – tempo de produção, materiais de gravação e organização de fontes especialistas e personagens; as circunstâncias de uso – infográfico compartilhado em ciberespaço; o meio de produção – *softwares* para ilustração (Photoshop, Illustrator) e edição de áudio e vídeo (*Adobe Premiere*), e a plataforma de diagramação e publicação, o *Readymag*; esse é um *website* utilizado como ferramenta para construção do produto e foi escolhido por ter acesso gratuito e possibilitar multimidialidade e interação.



Após a construção do pré-projeto, definição dos objetivos, levantamento teórico e estudo aprofundado do tema, veio a etapa prática com o planejamento do artefato, a realização das entrevistas, busca de fontes (especialistas e personagens), decupagem das entrevistas, escrita de textos, separação de referências visuais, produção das visualidades, seleção de mídias complementares (como sons e links), entre outros. Esse momento teve início no segundo semestre de 2023.

2.1.2. Entrevistas e apuração de dados

Em agosto de 2023, teve início o levantamento de fontes documentais para a apuração de dados de ocorrências da violência sexual contra crianças e adolescentes, e as entrevistas com fontes oficiais, primárias, secundárias/experts e testemunhas, baseando-se nas classificações de fontes segundo Lage (2001).

Para Lage (2001), fontes oficiais são “tidas como as mais confiáveis e é comum não serem mencionadas: os dados que propõem são tomados por verdadeiros.” As fontes primárias são aquelas que vivenciam a temática abordada em primeira mão e apresentam os fatos da vivência. As secundárias, podem também ser apresentadas como experts, pois são pesquisadores/as e podem fornecer “versões ou interpretações de eventos”, possibilitando uma construção com as informações apresentadas pelas fontes primárias. E por fim, as testemunhas são “normalmente ocorridas pela emotividade”, e podendo se basear em eventos recentes ou antigos, sendo possível modificações ou ausências, devido a memória do entrevistado/a (Lage, 2001, p. 27-30).

A entrevista jornalística, em primeira instância, é uma técnica de obtenção de informações que recorre do particular; por isso se vale, na maioria das circunstâncias, da fonte individualizada e lhe dá crédito, sem preocupações científicas. [...] No jornalismo, embora se dê alguma aparência de representatividade, o aleatório é específico. Assuma-se esse aleatório como significativo, pois, a rigor, qualquer pessoa procurada no anonimato tem alguma coisa importante a dizer (Medina, 1990, p. 18).

A intenção com a busca de dados de ocorrências, era responder algumas perguntas sobre essa violência e entender as características das recorrências desse tipo de crime. Qual a principal faixa-etária das vítimas? Qual a porcentagem do sexo de cada



vítima? Quem são os principais abusadores? Onde ocorre esse crime? As respostas para essas perguntas foram encontradas, de forma detalhada, no Fórum Brasileira de Segurança Pública, no anuário de 2023², com a organização dos dados de ocorrência de violações de direitos de crianças e adolescentes no Brasil. Esse anuário possibilitou a construção da primeira parte do infográfico, que apresenta os números do estupro de vulnerável no âmbito nacional, com as informações da principal idade das vítimas de estupro de vulnerável, a relação dos abusadores com as vítimas, o local onde ocorre essa violência e até o principal horário de ocorrência dos crimes.

Para os dados do estado de Mato Grosso do Sul e da capital Campo Grande o objetivo era ter as mesmas informações dos dados nacionais, e os números de ocorrências de estupro de vulnerável em cada bairro de Campo Grande. Foi utilizado o Sistema Integrado de Gestão Operacional (SIGO)³ atualizado pela Secretaria de Segurança e Justiça de Mato Grosso do Sul (Sejusp - MS) (Figura 2). Mas algumas informações não foram possíveis de serem adquiridas no banco de dados, são elas: **(1)** a relação entre vítima e abusador (pai, mãe, filha/filho, tio, avô/avó, etc.); **(2)** o local da ocorrência (casa da vítima, espaço comercial, escola, espaço público, etc.); **(3)** números de ocorrências por bairros de Campo Grande (MS). A Sejusp não atualiza essas informações no SIGO e ao serem solicitadas por e-mail, foi recomendado que houvesse uma leitura dos boletins de ocorrência de cada ano para captar as informações, o que não foi possível devido o tempo para a finalização desse trabalho.

Ainda assim, o site com as estatísticas apresenta os dados sobre o crime de estupro no geral e é possível ver características das vítimas na aba '+Vítimas' (**sexo e faixa-etária**). Além dessa aba, existem filtros adicionados para determinar a região do estado (cidades do interior, capital ou todo o estado) e ano das ocorrências (a partir do ano de 2014 – Figura 2 e 3).

² <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>

³ <http://estatistica.sigo.ms.gov.br/>



Figura 2. Visualização do Sistema Integrado de Gestão Operacional (SIGO) na aba 'Vítimas'.
(Produção da autora, 2024)



Figura 3. Abas de filtros para os números de ocorrências. (Produção da autora, 2024)

Após a seleção dos dados nos sistemas do estado e do município, ainda foi enviado para a Sejusp-MS um e-mail (Figura 4) em busca de outras informações ou outras formas de acesso, com o intuito de conseguir mais detalhes da relação entre vítima e abusador e o local de ocorrência dos crimes. A Secretaria não apresentou detalhes, nem possibilitou um avanço significativo de informações.

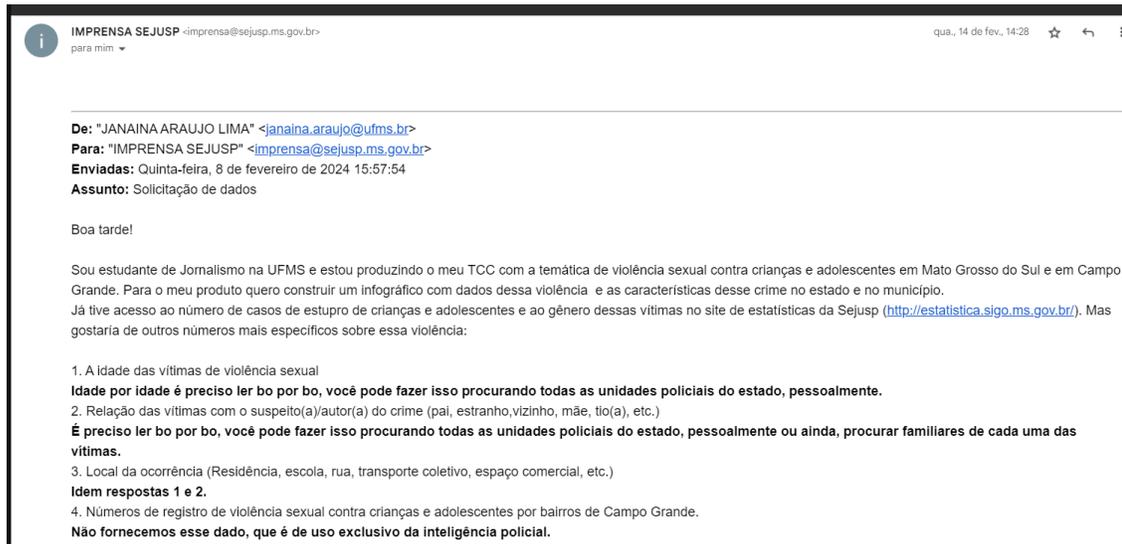


Figura 4. Captura de tela com o e-mail de resposta da Sejusp para as perguntas sobre os dados. (Produção da autora, 2024)

As entrevistas com a maioria das fontes experts foram feitas entre o mês de setembro e outubro de 2023. Abaixo, apresentamos uma lista (Tabela 1) com o nome, características da fonte, contato e quantidade de acessos (incluído tempo de entrevista).

Fonte	Descrição da fonte/Pesquisa	Contato	Tempo
Maiara Ricalde Machado Avanci	Saúde, Saúde da Mulher, Saúde da Família, Saúde da Criança, Ciências Biológicas - Já fez palestras, rodas de conversas e visitas a escolas em Campo Grande para educação sexual e prevenção de violência sexual contra crianças e adolescentes. Em uma de suas palestras auxiliou uma estudante a reconhecer a violência que sofreu em um atendimento com um médico ginecologista. http://lattes.cnpq.br/8403889527229519	maiara_avanci@hotmail.com	contato para entrevista – duração de 40 min.
Constantina Xavier Filha	Atua na formação inicial e continuada de educadoras e educadores e em pesquisas nas seguintes áreas: educação para a sexualidade, estudos de gênero, sexualidades, gêneros e educação(ções), violências de gênero, violências contra crianças e adolescentes, direitos humanos e relações pedagógicas.	constantina.xavier@ufms.br	contato para entrevista – duração de 1 hora.
Anna Luiza Calixto	Palestrante e pesquisadora sobre a educação sexual e a proteção de crianças e	anna.calixto@unifesp.br	contato para entrevista –



	adolescentes.		duração de 50 min.
Antonina Gallotti	Professora Doutora em Direito, ministra a disciplina “Direito da Criança e do Adolescente” na Faculdade de Direito 8 de Julho. E é representante da Comissão da Infância da OAB de Sergipe.	@profantoninagalloti https://www.instagram.com/profantoninagallotti/	contato para entrevista – duração de 50 min.
Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA)	Atendimento às crianças e adolescentes vítimas em seu espaço físico. Antes tinha uma sala na Casa da Mulher Brasileira, para realizar a escuta especializada de crianças e adolescentes. A DEPCA também realizou uma cartilha educacional, um gibi, para explicar sobre a diferença das violências que existem. O gibi tem como personagem principal a mascote da delegacia, a raposa Foxy.	depca@pc.ms.gov.br (67) 3323-2500/2510 https://www.pc.ms.gov.br/delegacias-especializadas/depca/	Uma visita para conversa com o delegado por 40 min.
Conselho Tutelar - 3º Região - Centro	O Conselho Tutelar do Centro - 3ª região - foi o conselho com maior receptividade para as atividades do trabalho em um primeiro contato realizado em outubro de 2023. E se mostraram dispostos a conversar e explicar as atividades dos CTs e qual sua importância para a rede de proteção à crianças e adolescentes. Outro fator a ser abordado com as profissionais será as eleições para Conselheiros Tutelares.	Rua Coronel, R. Sebastião Lima, 1297 - Jardim Sao Bento, Campo Grande - MS, 79004-600	Uma visita para conversa com as conselheiras por 50 min.
Allan Costa	Acadêmico de Pedagogia na UFMS. Fez seu TCC com análise de dados de denúncia de violências contra crianças e adolescentes durante a pandemia da Covid-19.	(67) 9 8446-8138 allan.costa@ufms.br	Não foi realizada a entrevista.

Tabela 1. Apresentação do levantamento de fontes. (Produção da autora, 2023)

Com a confirmação das fontes para as entrevistas, foi montado um direcionamento de entrevista para cada especialista (apêndices). Primeiro, foram feitos os contatos com as fontes especialista, enquanto buscávamos fontes personagens, vítimas, quando crianças ou adolescentes, de crimes de violência sexual (Figura 5).



Figura 5. Esquema com o contato com as fontes especializadas e as datas de entrevistas.

A primeira entrevista foi realizada com Anna Luiza Calixto, por Google Meet, pois ela trabalha no interior do estado de São Paulo. A conversa teve duração de 50 minutos, com a intenção de compreender como era sua atuação nas escolas. Anna ministra palestras sobre autoproteção para crianças e adolescentes, e nos interessava conhecer um pouco mais sobre as dificuldades de apresentar essa temática para esse público e quais os cuidados em tratar sobre violência sexual com as/os estudantes.

A segunda entrevista foi feita com a professora Constantina Xavier Filha, de forma presencial, na UFMS, com o objetivo de entender a formação superior de futuros educadores/as e a relação com o tratamento da autoproteção, sexualidades e prevenção a violências. A entrevista de 1 hora foi gravada em vídeo e áudio em dois celulares (Motorola Edge 20 no áudio e Iphone SE no vídeo). No início da conversa o celular teve uma reiniciação e parou a gravação, como o controle desses dois aparelhos estava apenas comigo, não foi possível notar esse problema enquanto realizava a entrevista. A gravação em áudio foi garantida e utilizada no infográfico.

A professora e enfermeira Maiara Ricalde Machado Avanci, foi a terceira entrevistada, também presencial, na UFMS. A entrevista teve duração de 40 minutos,



com o objetivo compreender mais sobre a temática de autoproteção e sexualidade nas escolas de Campo Grande.

O contato e encontro com as instituições de atendimento a crianças e adolescentes foi feito paralelamente as fontes citadas anteriormente. Foi enviado um e-mail para os cinco Conselhos Tutelares (CTs), em 2023, solicitando entrevista e enviando um breve roteiro de perguntas para as/os conselheiras/os. Apenas o Conselho Tutelar do centro da 3ª região enviou uma resposta, pedindo que fosse feita uma visita presencial. A visita foi feita no dia 30 de agosto de 2023, no período da manhã. A conversa foi importante para esclarecer as funções e obrigações do CT. Não foi permitido gravar a conversa pois como foi uma visita sem agendamento, as conselheiras não estavam preparadas para uma entrevista. Nesta rápida visita foi possível levantar as principais dificuldades dos CTs: informação ao público sobre as funções de um CT e as legislações de proteção de crianças e adolescentes; capacitação desses profissionais e processo de seletiva e eleitoral de candidatos. É relevante pontuar, que na época, os Conselhos Tutelares estavam em final de gestão, pois em 2023 foi ano de eleição para conselheiros.

O CT é um órgão permanente, autônomo e não jurisdicional, ou seja, ele não pode ser extinto tem função contínua e ininterrupta, não são submetidos a uma hierarquia administrativa do município e não tem o poder de punir quem infringir ou fazer cumprir alguma lei. Em muitos casos de violações de direitos de crianças e adolescentes é comum existir uma cobrança por parte da sociedade, mas os CTs têm apenas a função de administração de situações de vulnerabilidade, orientação e assistência à sociedade e funcionar como rede de proteção.

Outra instituição que foi selecionada para a apuração da rede de proteção foi a Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA) de Campo Grande. A delegacia é responsável direta do atendimento para os casos de violências sexuais, com a investigação e direcionamentos para a escuta da vítima. Dessa forma, o objetivo com a entrevista era compreender os processos de atendimento a crianças e adolescentes, a aplicação das legislações para os casos de violência sexual e dados de ocorrências por bairro sobre essa violência. A entrevista foi agendada pelo e-mail da



assessoria de comunicação da Polícia Civil para o dia 22 de fevereiro de 2024, com o delegado da DEPCA Pablo Gabriel. A conversa foi presencial, durou 40 minutos e não atingiu os objetivos citados anteriormente, pois o delegado não se sentiu confortável em falar sobre a violência sexual e seus procedimentos legais. Mesmo as perguntas mais objetivas sobre legislação, foram respondidas de maneira superficial. Também, foi questionado sobre a atuação da delegacia nas ações socioeducativas com palestras em escolas para a proteção aos direitos da infância e adolescência, e o delegado afirmou não poder responder sobre, pois não participou. A entrevista com o delegado, portanto, não foi adicionado ao trabalho, pois não rendeu esclarecimentos sobre a delegacia e sua atuação enquanto rede de proteção campo-grandense.

Como forma de apurar a história dos direitos da criança e do adolescente no Brasil e responder algumas perguntas sobre legislações de proteção à criança e ao adolescente, a entrevista com a professora de Direito, no Sergipe, Antonina Gallotti, foi realizada e gravada, via Google Meet. No primeiro contato, por conta da finalização do seu doutorado, ela não teve disponibilidade de agendar uma conversa, alguns meses insistimos por conta da necessidade de acesso a uma especialista na área do direito infantojuvenil, que pudesse contribuir com informações sobre leis e responsabilidades legais da rede de proteção. Neste segundo momento ela aceitou o convite.

Por fim, o pedagogo Allan Costa não respondeu nenhum dos dois contatos realizados (por Whatsapp e e-mail).

De um modo geral, apesar de algumas dificuldades, as apurações tiveram bons resultados e ajudaram a compreender o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), reforçar a importância da educação é um importante caminho para a prevenção, denúncia e proteção; e como a falta de informação e o estigma sobre os abusos sexuais na infância e adolescência interferem no avanço de pesquisas e ações socioeducativas contra a violência sexual de crianças e adolescentes.



2.1.2.1. Entrevistas com fontes personagens

A utilização de anonimato no jornalismo, apesar de questionável e evitável, é comum e muitas vezes necessária. Segundo Lage (2001), é uma garantia de fontes “protegidas em regra pelo anonimato - o que dizem deve ser publicado *off the record*, isto é, sem menção da origem da informação”. A Constituição Federal de 1988 também determina, no inciso XIV do artigo quinto, que “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”.

Para este trabalho, o anonimato das fontes personagens é imprescindível, pois trata-se de pessoas adultas, vítimas de violência sexual na infância ou adolescência. A delicadeza e a dificuldade de contar uma história tão íntima e traumática exige um cuidado muito grande com a identificação dessas pessoas, por isso, foram feitas substituições de nomes, com a intenção de garantir segurança e demonstrar respeito por cada uma das pessoas que aceitaram contar suas histórias. Para além da alteração do nome, houve também uma dedicação atenta aos detalhes da história, para que não houvesse risco de identificação da pessoa por meio de outros elementos da narrativa. Ainda, os depoimentos não contam com uma descrição da aparência física ou do local onde ocorreu a violência.

A seleção das histórias foi realizada a partir da prerrogativa de serem pessoas adultas, vítimas de violência sexual na infância e adolescência, no estado de MS. Neste contexto, as escolhas seguiriam o recorte de faixa-etária definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (crianças de 0 a 12 anos e adolescentes de 13 a 17 anos). O acesso a fontes personagens foi uma grande dificuldade. Até agosto de 2023 não havia nenhuma fonte confirmada apesar dos esforços de acesso primeiro por meio do compartilhamento de um formulário do Google⁴ (Figura 6), chamando pessoas que foram vítimas a responder e compartilhar seus contatos para uma entrevista. Esse formulário teve apenas quatro respostas e nenhum dos respondentes se disponibilizou a dar entrevista.

⁴ <https://forms.gle/4erPNSfQq9w2NFET9>



O silêncio da violência sexual contra crianças e adolescentes

A pesquisa tem o objetivo de coletar dados para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da acadêmica do curso de Jornalismo na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Janaina Araujo. O trabalho tem como tema a **violência sexual contra crianças e adolescentes em Campo Grande (MS)**.

Este trabalho pretende desenvolver um infográfico multimídia sobre a violência sexual contra adolescentes em Campo Grande, Mato Grosso do Sul (MS). E também abordar a **educação sexual** como uma ferramenta de prevenção e denúncia desse crime.

O artigo "Violência sexual contra adolescentes: notificações nos conselhos tutelares, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil" de Justino et al. mapeia as notificações de violência sexual no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) nos bairros de Campo Grande (MS), no ano de 2015.

Das **172** fichas analisadas, **121 (70,4%)** adolescentes vítimas dessas violências tinham entre **12 e 14 anos**; o local onde mais ocorrem estes crimes foi **dentro da residência dos adolescentes (53,5%)**; e em **80 casos (51,7%) o agressor era do convívio da vítima**.

O objetivo do questionário é coletar respostas de pessoas que foram vítimas dessa violência de forma **anônima**. Ao final haverá um espaço **opcional** para compartilhar o contato caso sinta-se confortável para conceder uma **entrevista** ao trabalho.

Você foi vítima de violência sexual na adolescência ou infância? *

- Sim
- Não
- Não tenho certeza.

Qual sua idade? *

- 16 - 20 anos de idade
- 21 - 30 anos de idade
- 31 - 40 anos de idade
- mais de 41 anos de idade

Em qual local você foi vítima de violência sexual? *

- Minha residência familiar.
- Residência de parentes ou pessoas do meu convívio.
- Espaço de trabalho ou estágio.

Caso não tenha realizado a denúncia, por quê? *

- Tive medo, pois o agressor(a) é muito próximo do meu convívio social ou é da minha família.
- Sofri ameaças para não contar nada.
- Demorei muito tempo para compreender que passei por uma violência sexual.
- Não quis ter mais problemas e reviver o momento de violência.
- Realizei a denúncia.
- Não fui vítima.

Em qual local você foi vítima de violência sexual? *

- Minha residência familiar.
- Residência de parentes ou pessoas do meu convívio.
- Espaço de trabalho ou estágio.
- Espaço de ensino (escola ou universidade).
- Local desconhecido e público.
- Não fui vítima de violência sexual.

Você realizou a denúncia do crime? *

- Não
- Sim
- Não fui vítima.

Durante o ensino escolar (fundamental 1 até ensino médio) você teve/tem acesso à uma educação sexual que aborde a violência sexual contra crianças e adolescentes? *

Por exemplo: Ensinar os limites do toque de estranhos ou conhecidos e para quem contar caso aconteça uma violência.

- Sim
- Não

Figura 6. Captura de tela com as perguntas do formulário do Google. (Produção da autora, 2024)

O segundo método de acesso a fontes personagens foi por meio de uma chamada nas redes sociais, com a publicação de um vídeo na conta pessoal do Instagram, explicando sobre o trabalho, o perfil necessário e a solicitação do contato. O vídeo foi publicado no dia 9 de outubro de 2023 e teve melhor divulgação, a partir do compartilhamento de outras contas de amigos, obteve a resposta direta de seis pessoas, que se disponibilizaram a dar entrevistada. Outras três fontes foram selecionadas a partir de amigos em comum e, apenas uma pessoa, veio por contato fora das redes sociais. As entrevistas com as nove fontes personagens ocorreram no mês de outubro de 2023. (Figura 7)



Figura 7. Linha do tempo das entrevistas com fontes personagens feitas no mês de outubro/2023.
(Produção da autora, 2024)

As entrevistas com fontes personagens levaram em consideração a Lei 13.431, de 2017, que estabelece os procedimentos para a Escuta Especializada e o Guia de Escuta Especializada: Conceitos e Procedimentos Éticos e Protocolares produzido pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH), juntamente com o Instituto *Childhood* Brasil. Apesar desses documentos se referirem ao atendimento direto com crianças e adolescentes, e as entrevistas serem com pessoas adultas, foi levado em consideração o cuidado de não revitimização dessas vítimas a partir de perguntas ou tratamento inadequados durante as entrevistas.

O primeiro contato com todas as fontes foi feito de forma online, por *Whatsapp* ou *Instagram*. Como eu não conhecia nenhuma das histórias, não era possível construir um roteiro de perguntas específico para cada pessoa, então, foi montado um esquema de perguntas mais abrangentes (Figura 8), que levasse em consideração o contato da fonte com alguma educação de autoproteção/autocuidado; a idade da vítima quando ocorreu a violência, a relação dela com o/a abusador/a; a identificação da violência, se o abuso foi denunciado ou não e quais as consequências dessa violência para a vida da vítima.



Roteiro de perguntas

1. Você poderia se apresentar? - Características profissionais e pessoais.
2. Qual acesso à educação de autoproteção/ educação sexual você teve na escola?
3. Qual orientação você recebeu de seus responsáveis ou adultos próximos sobre autoproteção?
4. O que você já ouviu sobre Educação sexual? Qual sua opinião sobre essa temática?
5. Você tem memória de ouvir histórias de outras crianças ou adolescentes que foram vítimas dessa violência? Se sim, como foi a sua reação?
6. Quantos anos você tinha quando foi vítima de violência sexual?
7. Qual a sua relação com o seu/sua abusador/a?
8. Essa violência ocorreu mais de uma vez?
9. Quando percebeu que o que aconteceu foi uma violência?
10. Você contou o que ocorreu para algum adulto ou responsável? Se sim, qual foi a orientação e reação desse adulto?
11. Caso não tenha contado para ninguém sobre o ocorrido, o que te impediu de falar?
12. Em algum momento pensou em realizar uma denúncia formal?
13. Quais foram as consequências dessa violência na sua vida?
14. Você já realizou acompanhamento psicológico?

Figura 8. Roteiro de perguntas preparado para todas as fontes personagens. (Produção da autora, 2023)

De todas as entrevistas, apenas uma não foi selecionada para o trabalho, pois a história não tinha ocorrido em MS e em uma das ocorrências a vítima tinha mais de 18 anos, o que fugia dos critérios prévios utilizados para seleção das histórias. Essa história foi a da *Helena (Figura 7), entrevista realizada no dia 21 de outubro de 2023.

Por fim, o infográfico conta com oito histórias reais de violência sexual no estado de MS, sendo quatro histórias da infância, uma história da adolescência e três histórias em que a violência ocorreu nas duas fases de vida das vítimas. A apresentação de histórias reais e o uso de relatos de pessoas que viveram a dor silenciada dessa violência teve o objetivo de evidenciar uma perspectiva importante da produção jornalística: a empatia. As histórias são apresentadas no terceiro bloco do infográfico, em um formato mais “reportagem” do que infográfico, privilegiando o texto escrito e as palavras dos entrevistados. O terceiro bloco respeita a interatividade entre o/a leitor/a e o produto, abrindo espaço para que essas histórias possam ser conhecidas/lidas, ou não. Finalizadas as entrevistas e a apuração de dados, na etapa de execução apresentada por Carvalho e Aragão (2012), foi feita a elaboração de conteúdo textual da infografia.



2.1.3 Desenvolvimento da Infografia

Após o fechamento das apurações e produção da parte textual do conteúdo jornalístico, se iniciou o processo de arquitetura da informação do produto, como descrito por Aragão e Carvalho (2012), na fase de execução. Assim, foram produzidos três mapas mentais, por meio do site *MindMeister* (figuras 09, 10, 11), cada um com a divisão de informações de cada bloco/seção do infográfico.

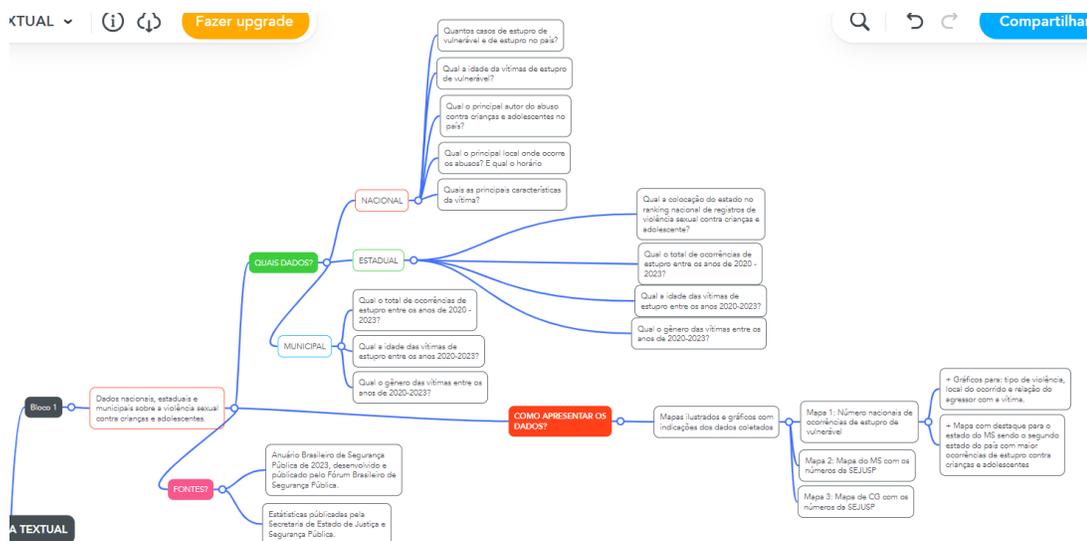


Figura 9. Mapa mental com a organização de informações do primeiro bloco. (Produção da autora, 2024)

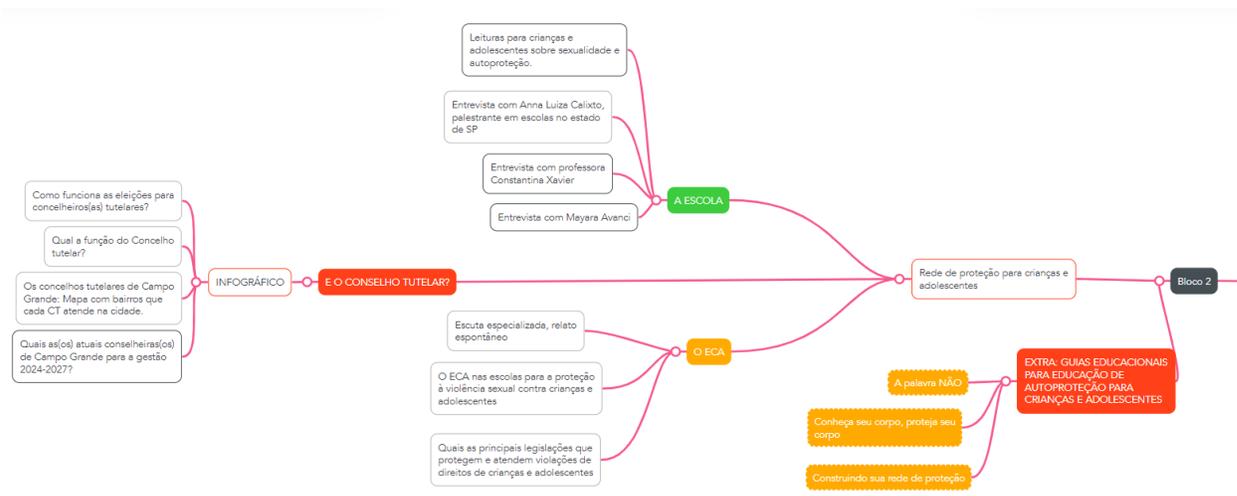


Figura 10. Mapa mental com a organização de informações do segundo bloco. (Produção da autora, 2024)

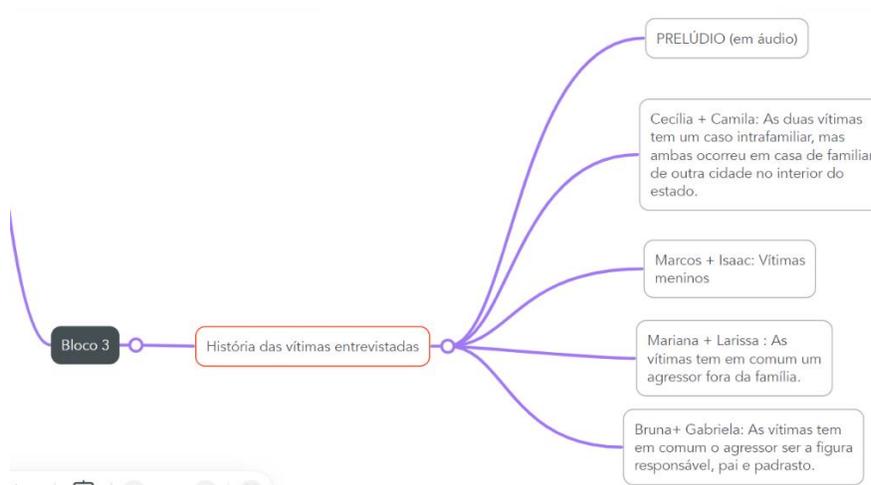


Figura 11. Mapa mental com a organização de informações do terceiro bloco. (Produção da autora, 2024)

O infográfico “O barulho do silêncio”, portanto, é dividido em três grandes blocos, o primeiro apresenta os dados apurados no Fórum Brasileiro de Segurança Pública e na Secretária de Segurança e Justiça Pública de Mato Grosso do Sul; o segundo aborda a rede de proteção de crianças e adolescente no Brasil, com ênfase para a atuação da educação e, o terceiro bloco, conta as histórias das vítimas de violência sexual no estado.

A visualização dos blocos é definida de forma diferente, pois cada um tem um grupo temático de informações que possibilita mais ou menos utilização de elementos

visuais. O primeiro bloco (Figura 9), possui um conteúdo textual resumido, focado em apresentar os números dos dados, com mais ilustrações e menos recursos multimídia. O segundo bloco (Figura 10), possui mais variedade de mídias, com informações apresentadas em imagens, textos, vídeos, áudios e hiperlinks, com o objetivo de descrever e exemplificar a rede de proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Além disso, trabalha uma produção mais opinativa sobre a temática. O terceiro bloco, por fim, devido a sensibilidade das histórias, não tem o objetivo de explicitar as violências, seja visual ou textualmente. Por isso, é constituído por texto e janelas de falas das fontes (Figura 11).

Os mapas mentais elaborados para organizar a divisão de informações, colaboraram para o planejamento das definições e relações entre elementos, formas, ilustrações, vídeos e áudio utilizados para apresentar o conteúdo jornalístico produzido. A partir deste planejamento, foi realizada uma pesquisa de referências (Figura 12) sobre infográficos e elementos visuais que poderiam ser explorados no infográfico produzido. Para as representações visuais de uma produção jornalística, Lima (2015), indica o uso de uma iconografia “esquemática e/ou pictórica, que pode incorporar textos curtos” (Lima, 2015, p.113).

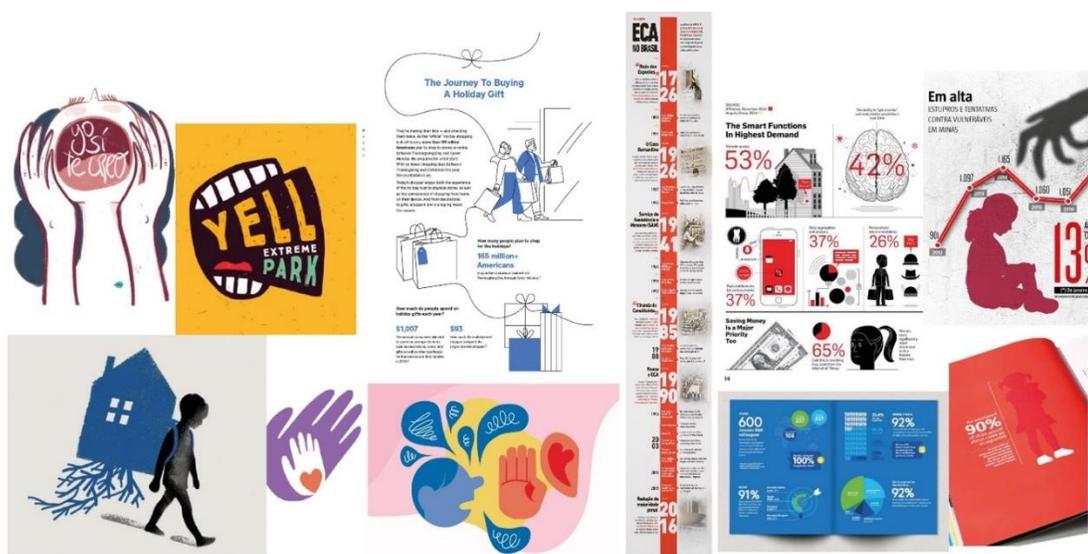


Figura 12. Painel de referências para os elementos visuais do infográfico. (Produção da autora, 2024)

Após reflexão e pesquisa, definiu-se que o infográfico deveria priorizar ilustrações na diagramação dos três blocos e que utilizaria como recursos multimídias, vídeos, áudios e hiperlinks para garantir a interação do/a leitor/a. A partir dessas definições, iniciou-se o processo de esboço manual (Figura 13) das ilustrações e primeiras possibilidades de organização visual de cada informação. Todas as ilustrações foram produzidas de forma digital pela autora, com o uso de softwares de ilustração, o *Adobe Illustrator e Adobe Photoshop*.



Figura 13. Esboços de ilustração e diagramação. (Produção da autora, 2024)

Paralelamente à criação dos esboços também foi definida a identidade visual do produto. Calza (2014), define que a Identidade Visual (IV) pode ser constituída por “elementos ou objetos que representam uma ideia, conceito, produto ou serviço, sendo identificáveis e visíveis em seu conjunto ou em particular.” A autora também analisa que a IV pode ser pensada a partir de elementos primários – símbolos e logotipo – que tenham a capacidade de sintetizar o conceito de um produto, marca, etc., elementos secundários, como cores e tipografias e, por fim, o que ela chama de acessórios – elementos visuais extras, como ilustrações e grafismos. Dessa forma, foi determinado para o infográfico uma paleta de cores e um conjunto tipográfico específicos, além de realizados testes de



estilos de ilustração com o intuito de evidenciar a importância da temática, sem dramatizar e/ou infantilizar a discussão. Para o conjunto de tipografias, foram selecionadas as tipografias: *Superstalls*, *Crayon Hand*, *Eraser* e *Montserrat*.

SUPERSTALLS	Título de destaque acima de outro elemento visual + apresentação de números dos dados.
<i>Crayon Hand</i>	Título principal em fundo neutro.
ERASER	Escrita de números para os dados apresentados em fundo neutro.
Montserrat Regular	Texto base.
Montserrat Bold	Destaque em título ou corpo do texto

Tabela 2. Apresentação da paleta tipográfica e do uso de cada tipografia. (Produção da autora, 2024)

A fonte *Superstalls* é utilizada no primeiro bloco, com o objetivo de destacar as informações que aparecem próximas ou acima de ilustrações. A escolha foi feita por conta, em especial, dos traços retos, largos, a ausência de serifas e uma personalidade neutra, que promovem uma visualização nítida do texto numérico e evidenciam o peso da informação referente à alta quantidade de registros de estupro de vulnerável. Esta tipografia também proporciona melhor visibilidade da informação textual posicionada acima ou próximo de outras ilustrações, criando uma hierarquia visual mais evidente, e o texto escrito com a *Superstall* consiga ter mais destaque que as imagens.

A *Crayon Hand* e a *Eraser* são tipografias que possuem uma personalidade mais evidente e evidenciam uma conexão direta com a sala de aula, por conta da textura de giz, material muito utilizado por crianças ou adolescentes no espaço de aprendizagem ou criação artística. A variação dessas duas fontes similares está relacionada a limitação tipográfica de cada uma.



- *Crayon Hand*: tem uma textura mais parecida com lápis e giz, e possui variação em maiúsculas e minúsculas, porém não tem pontuações.
- *Eraser*: tem textura um pouco menos marcante, não tem variação de maiúsculas e minúsculas, mas possui pontuações.

Entre as duas tipografias, *Crayon Hand* é a mais utilizada por ter mais proximidade com a textura de giz de cera, o que é importante para conectar o – e correlacional o uso do – material ao local de potencial prevenção ao abuso sexual: as escolas. Ainda, pode promover uma maior identificação das crianças e adolescentes com as informações apresentadas. Ambas as fontes são utilizadas em fundo neutro (Figura 14), para que a informação textual tenha destaque. O uso sobreposto ou muito próximo de outros elementos pode causar uma sobrecarga visual, ou mesmo uma dificuldade de visualização e, conseqüentemente, problemas na compreensão da informação, por isso o cuidado minucioso com a escolha tipográfica.



Figura 14. Apresentação da fonte no produto. (Produção da autora, 2024)

Para a escolha da paleta cromática do trabalho, inicialmente, foi selecionada a cor laranja como cor principal, devido à Campanha de Prevenção e Combate ao Abuso



Sexual e Exploração Sexual, o 'Maio Laranja'⁵. A partir desta escolha inicial, portanto, foram testadas algumas cores que pudessem trabalhar em conjunto com o laranja. De acordo com Silveira (2015), no âmbito da harmonia cromática, o contraste das cores quentes e frias como cores complementares é interessante por causa do destaque de justaposição. No círculo cromático, azul e laranja são cores opostas, o que significa que apresentam grande contraste e são capazes de neutralizar determinados efeitos uma da outra. Assim, a paleta cromática criada trabalha a variação tonal entre as duas cores principais, laranja e azul, em tons mais escuros e mais claros (Figura 15), com o intuito de, em alguns momentos criar contraste e enfatizar determinadas informações e, em outros, minimizar a intensidade do laranja a partir do uso do azul.



Figura 15. Paleta cromática do infográfico.

Após a definição dos elementos principais da identidade visual do infográfico, foram realizados testes para a produção das ilustrações. As ilustrações e outros elementos visuais que compõem o infográfico foram produzidos e/ou editados nos softwares *Adobe Illustrator*, *Adobe Photoshop* e *Adobe Indesign*.

A ilustração de abertura, que apresenta o título da infografia (Figura 16), tem a intenção de incomodar o/a leitor/a, as letras 'emboadas' próximo a boca da personagem foram desenhadas na tentativa de criar um desconforto visual, gerando uma dúvida interpretativa e conceitual: será que a palavra está sendo gritada que ela está sendo

⁵ <https://maiolaranja.org.br/>



engolida? Essa dúvida pode induzir, inclusive, a percepção de uma tentativa de grito abafado ou a dificuldade de fala e, conseqüentemente, de denúncia que a maioria das vítimas sofrem.

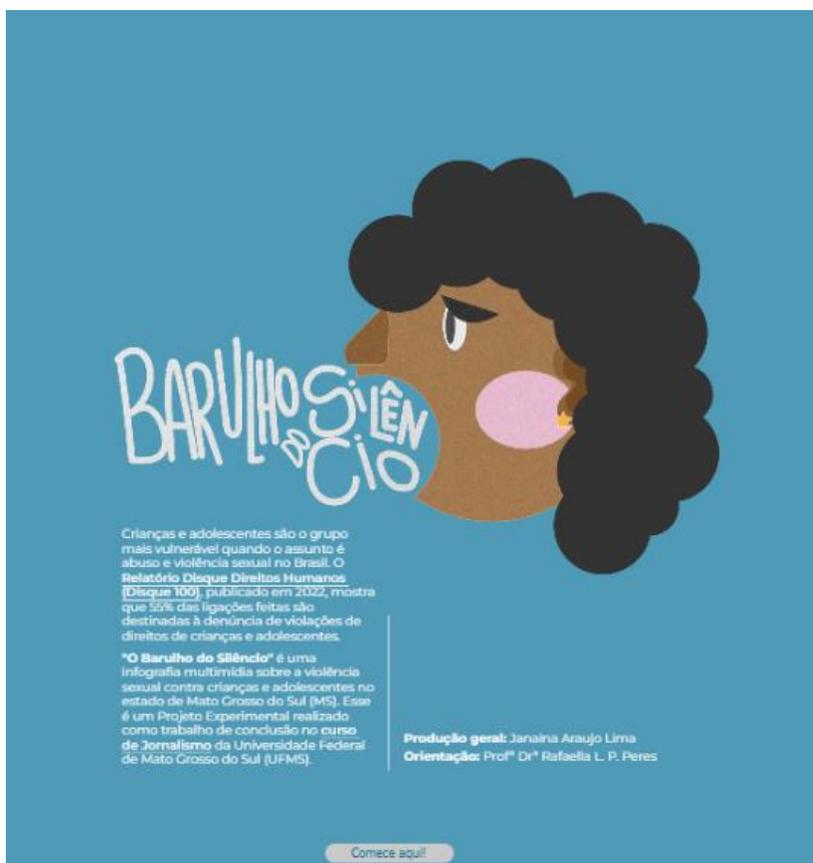


Figura 16. Ilustração de na abertura do Infográfico. (Produção da autora)

O desenvolvimento dos quadrinhos no segundo bloco, sobre a rede de proteção, apresenta a possibilidade de um diálogo entre educadoras/es e estudantes. O objetivo é exemplificar a temática abordada no conteúdo textual anterior, mas também servir de material para leituras escolares. A ilustração e os diálogos foram rascunhados no papel (Figura 17), e depois ilustrados no *Photoshop*.

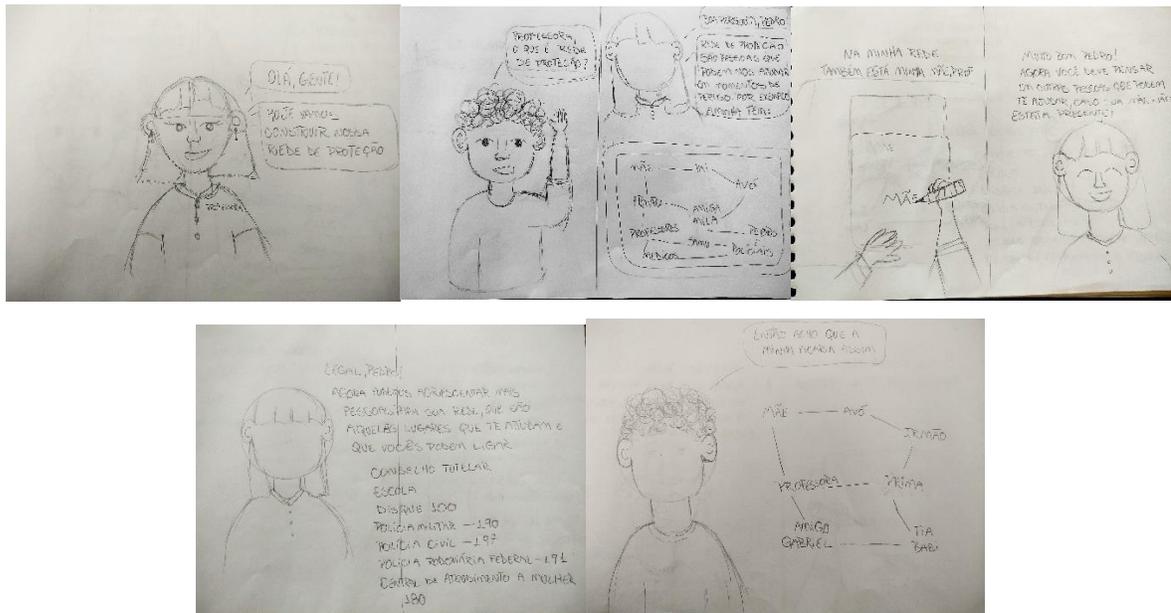


Figura 17. Esboço para ilustração e diálogos dos quadrinhos. (Produção da autora)

Outro elemento ilustrado importante do infográfico é 'Linha do tempo' dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil. O objetivo era utilizar a ilustração para trabalhar a palavra 'linha' como um 'lôio' (brinquedo infantil com uma linha envolta de duas metades de uma esfera que faz movimento de vai e volta quando impulsionado à frente), e indicar os direitos dessa população, que por alguns anos foram sendo adquiridos e retirados.

Para a produção multimídia foram utilizados vídeos, áudios e hiperlinks. Os vídeos e áudios utilizados no infográfico passaram pela decupagem e marcação de tempo das falas selecionadas na construção textual do infográfico. Para esse processo foi utilizado o *Adobe Premiere*, com o objetivo de cortar e ajustar a qualidade do áudio e vídeo.

Os hiperlinks foram adicionados dentro dos textos, com a possibilidade de inserção (ferramenta do *ReadyMag*) de links em palavras. Outra possibilidade de interação apresentada são os 'Hotspot', ferramenta que cria um ícone clicável para apresentar mais informações sobre o texto (Figura 18), com a intenção de interação do/a leitor/a com o texto e a apresentação de informações complementares.



Figura 18. Hotspots apresentados no infográfico. (Produção da autora)

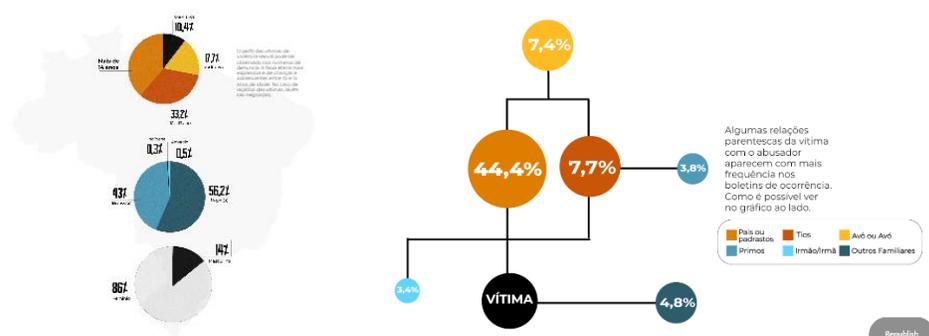
Após a criação de todos os elementos, foi realizada a diagramação da infografia, levando em consideração a divisão determinada nos mapas mentais explicados anteriormente. O infográfico ficou dividido em 5 páginas: **(1)** abertura do infográfico com capa ilustrada; **(2)** bloco 1 com apresentação dos dados nacionais, estaduais e municipais; **(3)** bloco sobre a rede de proteção, legislação de proteção e educação sexual; **(4)** página com aviso para leitores/as sobre a sensibilidade da temática do último bloco, pois contem histórias de violência sexual; **(5)** bloco 3 com as histórias das vítimas.

Iniciou-se a diagramação pela página de abertura e de apresentação dos dados. A página 1 apresenta, em texto, o produto e a temática abordados, com o título ilustrado (Figura 19). Os dados foram apresentados, partindo de um espaço geográfico maior (país/Brasil) até um menor (município/Campo Grande). Os dados nacionais são organizados com informações sobre a faixa-etária das vítimas, o parentesco com os abusadores, o local e o horário das ocorrências desse crime. Esses números são acompanhados de ilustrações, para destaque visual, devido a relevância de acesso e interpretação das informações apresentadas nos próximos blocos, que descrevem as formas de prevenção e proteção das vítimas e como eles se relacionam com as histórias reais do último bloco (Figura 19).



Figura 19. Apresentação de dados nacionais com ilustrações. (Produção da autora)

Este primeiro bloco também contém gráficos que apresentam a idade, o sexo e a cor/raça das vítimas. Além de um gráfico/esquema, no final, que especifica a relação familiar entre abusador e vítima, com o objetivo de representar uma espécie de árvore genealógica (Figura 20).





Os dados estaduais e municipais são padronizados em uma única organização de gráficos. Esse esquema demonstra o total de estupro registrado no ano, em números inteiros (estupro no geral, não somente de vulnerável), a porcentagem de vítimas por sexo e a quantidade de vítimas crianças e vítimas adolescentes. Os esquemas são divididos entre os anos de 2020, 2021, 2022, 2023 e 2014; a escolha para 2020 até 2023 pretende demonstrar a evolução dos casos a partir do ano de pandemia, onde muitas crianças e adolescentes estiveram mais próximas de seus abusadores e distantes de uma rede de apoio, como as escolas. O ano de 2014 é apresentado por dois motivos, primeiro porque esse ano marca 10 anos anteriores a publicação deste trabalho (2024) e, porque esse é o ano mais antigo dos registros no SIGO. Para diferenciar as regiões, foi utilizado o contraste de cores frias (azul/estadual) e cores quentes (laranja e amarelo/municipal) da paleta cromática e a ilustração do mapa da capital e do estado (Figura 21).

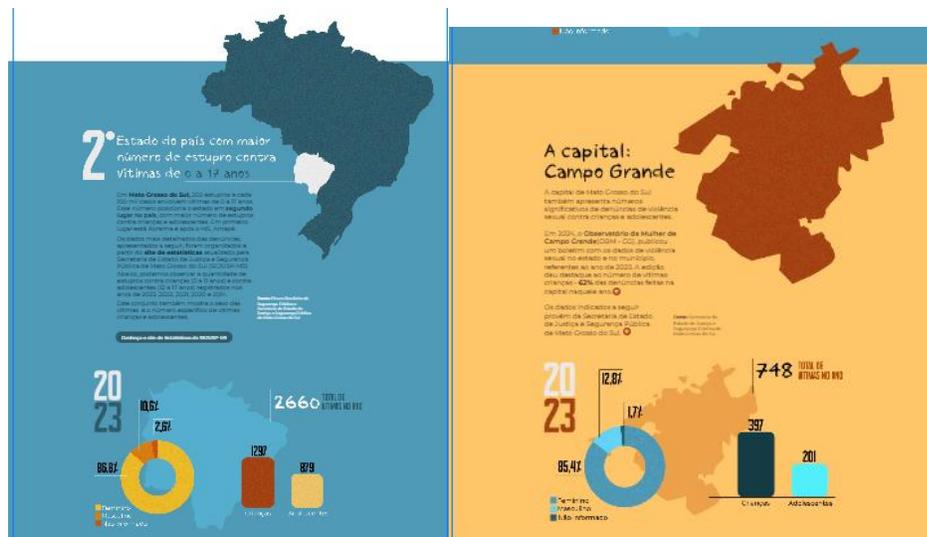


Figura 21. Apresentação dos números estaduais e municipais. (Produção da autora)

A terceira página do infográfico apresenta a rede de proteção e as ferramentas legais para garantir os direitos de crianças e adolescentes. Esse bloco apresenta muitas informações e foi preciso seguir uma linha de conexão para abordar todos os tópicos.

Primeiro, é apresentado o que é a rede de proteção e, como esse trabalho tem o enfoque à educação sexual. Logo de início, se conecta à atuação das escolas para ensinar sobre rede de apoio, instituições e pessoas ao redor das/os estudantes que podem colaborar para na proteção. Como forma de ilustrar a prática das escolas com essa temática, foi criada uma breve tirinha para a construção de uma rede de apoio e proteção, que mostra o diálogo entre um estudante e sua professora. Ela demonstra, de forma visual, a prática que a professora Constantina Xavier descreve na entrevista (Figura 22).



Figura 22. Apresentação da produção sobre rede de proteção. (Produção da autora)

Após a apresentação da rede de proteção, inicia-se a apresentação das ferramentas legislativas que constituem o direito de crianças e adolescentes. Primeiro, é explicado o histórico no Brasil. Compreender o que era determinado, no passado, para esse grupo, ajuda a explicar a cultura de violência que ainda existe sobre cuidar de crianças e adolescentes. A linha do tempo finaliza na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e se conecta aos princípios dessa lei, importante para a proteção da infância e da adolescência.

Logo após a explicação sobre o ECA, são apresentadas outras duas legislações mais recentes, que alteram o estatuto e acrescentam obrigações às instituições de



atendimento em casos de violência contra crianças e adolescentes – lei 13.431/2017 e lei 14.344/2022 – principalmente em violências sexuais. A lei 13.431/2017, inclusive, especifica os tipos de violência sexual, também mostrados no infográfico. A apresentação desta tipificação é acompanhada de um brinquedo infantil, o quebra-cabeça, com a intenção de representar as partes que constituem o termo ‘violência sexual’ de acordo com a legislação. Em especial, pois esse crime pode ocorrer de diversas formas e a legislação brasileira reconhece essa variedade e a gravidade de cada um.

A lei 14.344/2022 é apresentada junto com o vídeo da professora Antonina Leão, que explica a importância e a aplicação da lei nos casos de violências intrafamiliares. Para finalizar, esse bloco de informações traz uma breve explicação sobre a Pedofilia não ser um crime, mas um diagnóstico de transtorno. Esta informação é muito importante, principalmente para outros jornalistas ou profissionais da educação, para não apresentarem um caso real como “crime de pedofilia”, já que a legislação não imputa um crime a pessoa por seu diagnóstico, mas sim por atos de violência sexual ou estupro de vulnerável (Figura 23).

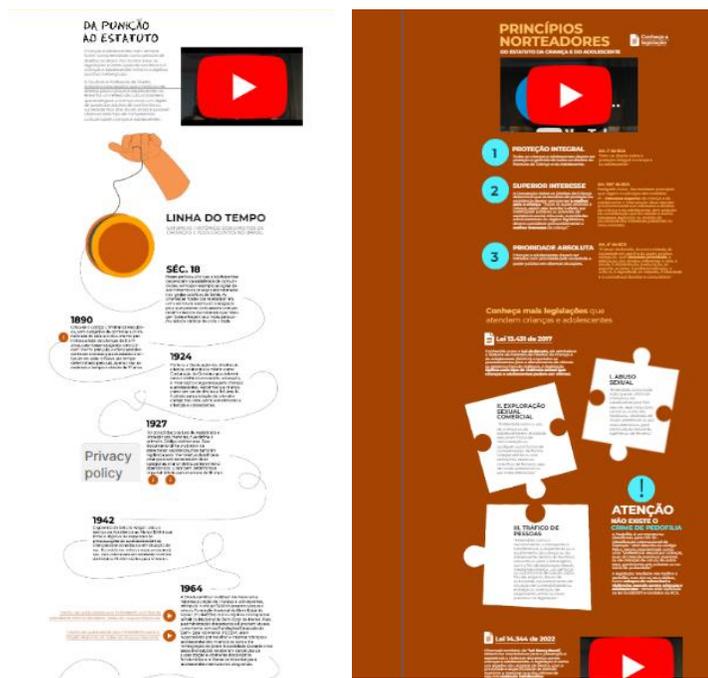


Figura 23. Apresentação da linha do tempo e as legislações. (Produção da autora)



Na sequência, inicia-se o texto sobre a atuação das professoras entrevistadas e a explicação sobre a Educação Sexual. O tópico é apresentado com ilustrações de materiais escolares, com o intuito de conectar o assunto ao ambiente citado no texto e representar alguns equipamentos que as/os educadores utilizam para traçar as estratégias citada no título. O texto também é conectado aos vídeos apresentados em posição vertical, alinhados a coluna do texto.



Figura 25. Apresentação do texto com vídeos como duas colunas. (Produção da autora)

Ao final deste bloco, são adicionados, uma breve crônica sobre a visão da sociedade sobre os abusadores e a possibilidade de denúncia e punição a esse tipo de crime e os contatos para denúncias de violações de direitos das crianças e adolescentes. O objetivo da crônica é questionar o uso do adjetivo ‘monstro’ para caracterizar pessoas acusadas de abuso sexual e a relação desse entendimento com o silêncio e a impunidade



de muitos criminosos. Os contatos de denúncia, por sua vez, servem como uma prestação de serviço aos leitores/as (Figura 26).

Monstros não existem

É difícil descrever o crime de violência sexual. É uma experiência traumática que acontece no silêncio dos monstros e apenas o mundo exterior conhece suas formas. Conhecendo essas formas, podemos nos fortalecer de cada abordagem, mesmo que seja a primeira experiência de crianças inocentes, vítimas e sobreviventes. Precisamos nos fortalecer e apoiar "monstros" como vítimas e ajudar quem cometeu um crime no ato do movimento judicial, especialmente em casos de violência.

O silêncio de crianças e adolescentes e a falta de apoio psicológico podem ser consequências de crimes, mesmo na menor idade. Não podemos nos esquecer de apoiar a vítima e a família, oferecendo suporte psicológico e jurídico, como uma rede de apoio para a vítima e a família que está em situação de risco.

A problemática de violência sexual é complexa e requer a atuação de diferentes setores: jurídico, psicológico, social, pedagógico e, principalmente, de apoio às vítimas. É preciso ter um olhar multidisciplinar para lidar com esse tipo de crime.

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um crime grave que precisa ser tratado com a máxima seriedade. Não podemos nos esquecer de apoiar a vítima e a família, oferecendo suporte psicológico e jurídico, como uma rede de apoio para a vítima e a família que está em situação de risco.

COMO DENUNCIAR?

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina que em qualquer situação de suspeita, confirmação ou suspeita de violência contra crianças e adolescentes deve-se fazer uma denúncia anônima.

190 POLÍCIA MILITAR	100 DISQUE DIREITOS HUMANOS	197 POLÍCIA CIVIL
194 POLÍCIA FEDERAL	191 POLÍCIA RODOVIÁRIA	

PARA DENUNCIAR EM CAMPO GRANDE, MS

CONSELHOS TUTELARES
Clique aqui e veja qual CT atende ao seu bairro e qual o contato para denúncias.

DELEGACIA ESPECIALIZADA DE PROTEÇÃO À CRIANÇAS E ADOLESCENTES (DEPCA)
Rua 25 de Setembro, 474, Centro
910-1001 - Campo Grande
depcap@pcms.gov.br

Figura 26. Apresentação da crônica e dos contatos para denúncia. (Produção da autora)

As duas últimas páginas do infográfico (4 e 5), iniciam o terceiro bloco, com a história de vítimas entrevistadas. A página 4 é um aviso ao leitor sobre a continuidade do produto, indicando que na sequência serão apresentados textos de conteúdo sensível, que podem causar gatilhos emocionais. Esse aviso é apresentado em áudio, como uma forma de contraste ao conteúdo, pois trata do silenciamento das vítimas de violência sexual. O silêncio em som e fala. O áudio é acrescido de um hiperlink que leva ao documento em PDF de descrição do aviso. A última página (5), está dedicada as histórias reais. Esta parte não se utiliza de recursos multimídia, ou muitas informações complementares, devido o sigilo com as fontes. São apresentados quatro textos, divididos pela cor de fundo, azul escuro e laranja escuro. Centralizados na página, alinhados à esquerda e intercalados com janelas, com as falas das vítimas (Figura 27).

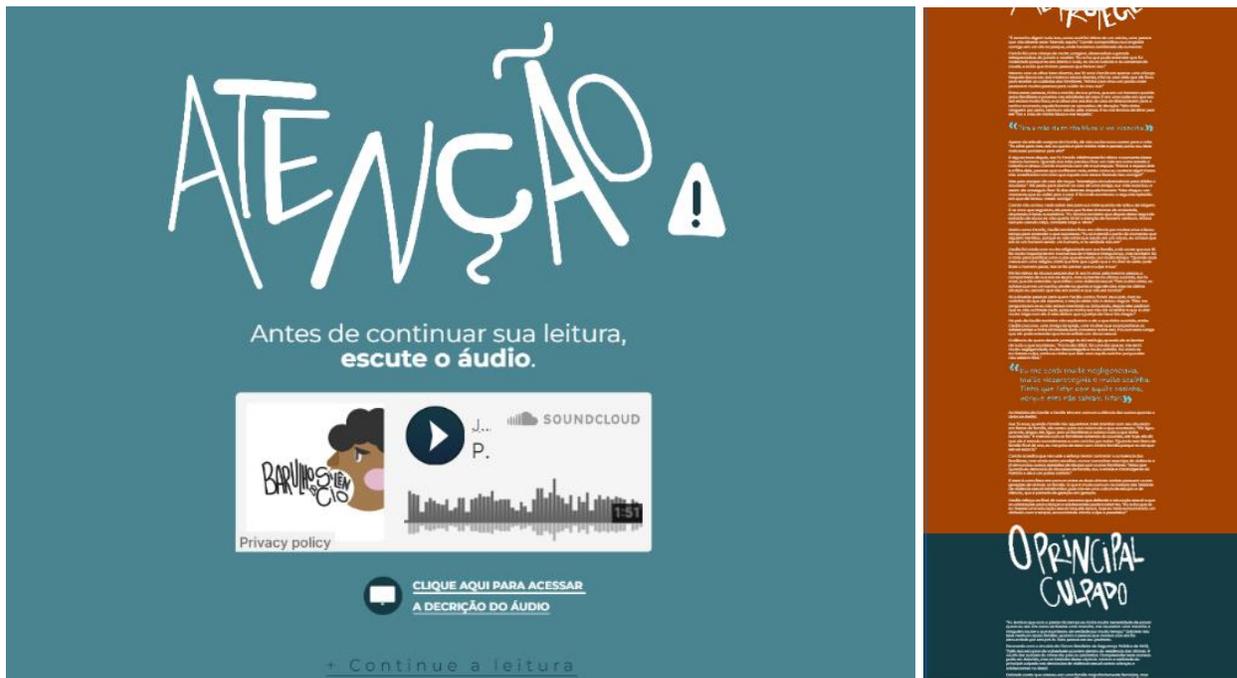


Figura 27. Apresentação do aviso e da página com as histórias de vítimas. (Produção da autora)

Na sequência, apresentamos as capturas de tela com o resultado final deste produto, com o objetivo de manter registrado o trabalho e não ter riscos de perder o acesso *web*, caso tenha alguma alteração futura na plataforma *ReadyMag* (Figuras 28, 29 e 30).

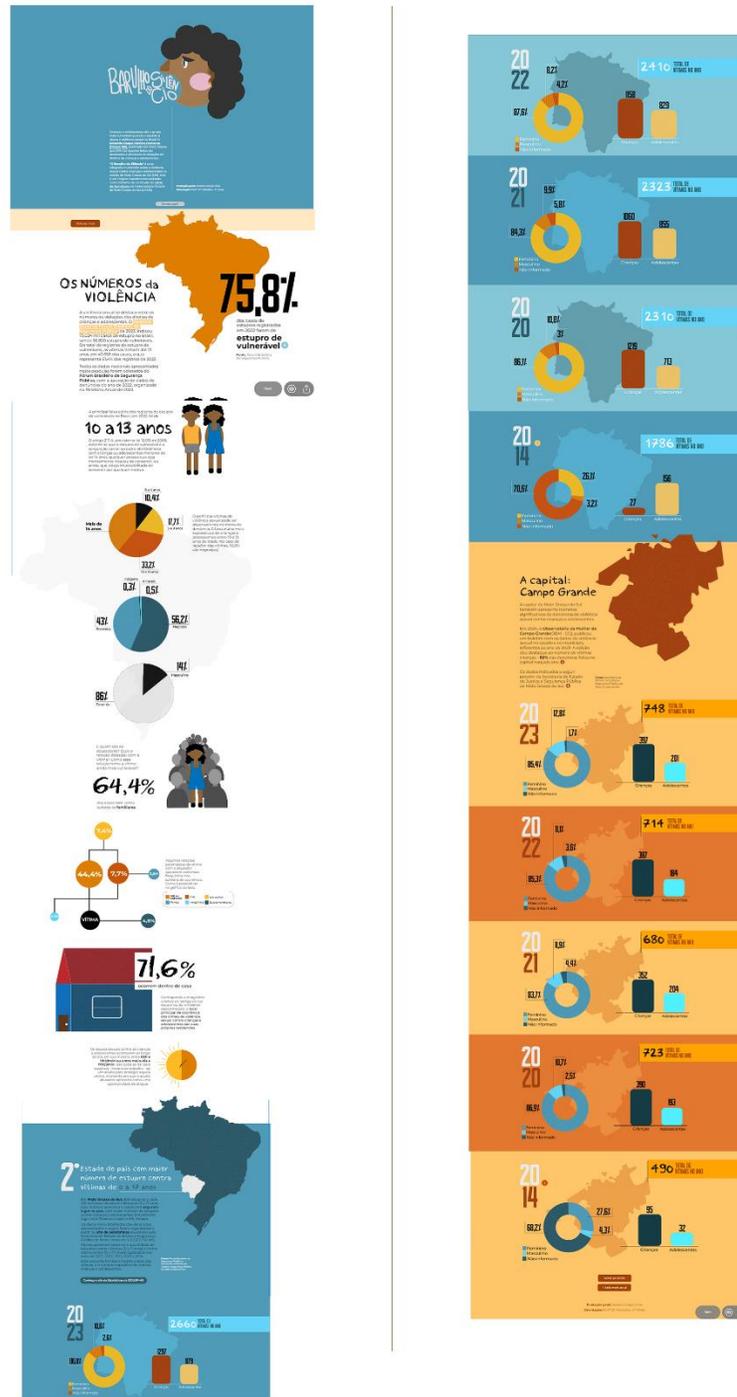


Figura 28. Captura de tela das páginas 1 e 2 do infográfico. (Produção da autora)

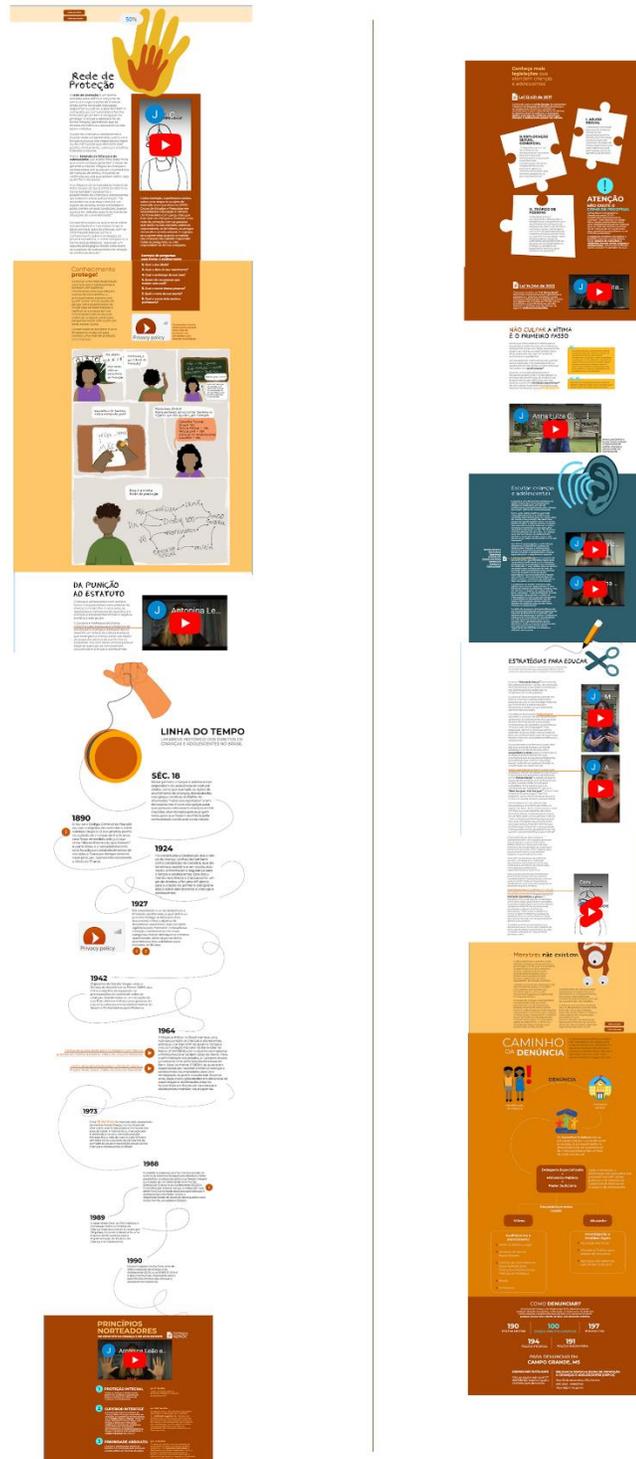


Figura 29. Captura de tela da página 3 do infográfico. (Produção da autora)



ATENÇÃO

O BARILHO DO SILÊNCIO

QUEM NÃO ME PROTEGE

O PRINCIPAL CULPA DO

CUIDAR DE MENINOS TAMBÉM

Figura 30. Captura de tela das páginas 4 e 5 do infográfico. (Produção da autora)



2.2 Dificuldades encontradas

Durante a execução desse trabalho foram encontradas algumas dificuldades, como, por exemplo, o desenvolvimento de uma infografia como produção complexa e que, geralmente, é realizada em equipe. No caso deste trabalho, todas as etapas foram executadas por uma única pessoa, a autora deste trabalho. Um exemplo da dificuldade deste fazer individual foi a entrevista com a professora Constantina Xavier, em que não consegui ter atenção aos dois celulares e acabei perdendo a gravação em vídeo. Neste contexto, é possível identificar também, como dificuldade e aprendizagem, o impasse com o gerenciamento de tempo devido a outras atividades feitas paralelamente ao desenvolvimento desse projeto, trabalhos e outras disciplinas na graduação.

O conhecimento prático relativo à ferramenta de publicação e diagramação, *ReadyMag*, também foi uma questão e demandou um tempo considerável, o que dificultou a apresentação de algumas informações, e impossibilitou a aplicação de alguns itens interativos e animados de elementos visuais.

O acesso às histórias de vítimas de violência sexual também não foi simples. Primeiro, foi preciso encontrar pessoas que estivessem dispostas a dar entrevistas. No início, ainda na produção do pré-projeto, não existia a intenção de utilizar as redes sociais para procurar essas fontes por conta do medo de expor as pessoas-vítimas, porém, como os contatos prévios não aceitaram dar entrevista, foi preciso recorrer ao Instagram. Para diminuir a exposição dos/as possíveis entrevistados/as, a opção de publicação de vídeo nos stories foi uma decisão de divulgação para abrir espaço de contato direto das fontes comigo, sem precisar reagir ou responder publicamente.

Neste sentido, também é relevante acrescentar a escassez de produções acadêmicas ou guias direcionados a abordagem jornalística sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes. Senti falta de um guia com etapas e cuidados para uma apuração ética, sensível e sigilosa com pessoas que foram vítimas de atrocidades como a violência sexual na infância e adolescência, ou mesmo para notícias diárias sobre denúncias dessa violência.



O acesso aos dados em uma plataforma, de forma que seja possível relacionar e analisar as informações dos casos de violência em nível nacional, estadual e municipal também foi um processo demorado, pois foi preciso utilizar duas fontes para captar as informações. E, ainda, não foi possível ter todos os detalhes desses crimes em nível municipal e estadual. Assim, é notável a escassez de bases de dados bem atualizadas, com informações significativas para a relacionar os casos de violência sexual na infância e adolescência. A justificativa para essa ausência é, muitas vezes, a gravidade do crime e o cuidado com o sigilo da vítima, mas é possível que algumas informações sejam divulgadas e relacionadas sem expor informações das vítimas, como as relações entre vítima e abusador (pai, padrasto tio, irmão, irmã, primo, mãe, etc.) e as estatísticas de violência por bairro em municípios do Brasil.

Após a confirmação e o primeiro contato com as fontes personagens, houve a etapa de preparação para as entrevistas, receosa de não saber qual história eu iria ouvir no dia da conversa e muito menos como seria a reação de cada vítima. Então, preparei um conjunto de perguntas genéricas para todas as fontes e estudei sobre escuta especializada para que eu fosse capaz de acolher as fontes. No primeiro contato com cada uma eu me apresentei, expliquei a intenção do projeto e deixei claro, já no início, que qualquer desconforto ou insegurança sobre me conceder a entrevista poderiam ser comunicados. Apesar desse processo demorado e cuidadoso, o contato com cada fonte foi muito bem-sucedido, respeitados os pedidos de cada uma, o sigilo e empatia por suas memórias.

Por fim, apesar das dificuldades com os fatores técnicos, a maior problemática durante esses meses foi o meu envolvimento pessoal com a temática. A motivação por escolher esse tema existe desde que entrei na graduação de jornalismo e está relacionada à minha vivência como vítima de violência sexual na adolescência. Enfrentar todas essas histórias e pesquisas sobre abuso sexual me afetou psicologicamente em alguns momentos, principalmente após as entrevistas com as vítimas, o que me exigiu pausa e autocuidado em muitos momentos.



2.3 Objetivos Alcançados

O objetivo geral deste trabalho era conhecer e compreender melhor como a violência sexual contra crianças e adolescentes impacta a sociedade, e produzir uma infografia multimídia sobre os dados e possibilidades de combate e educação a respeito desta temática. A infografia deveria ser publicada em ambiente virtual para contribuir com informação para o/a leitor/a, em especial às vítimas, colaborando na prevenção de episódios de violência sexual e/ou auxiliando o conhecimento e acesso às ferramentas de ajuda, principalmente no ambiente escolar, onde as crianças e adolescentes passam a maior parte dos dias. Esses objetivos foram alcançados satisfatoriamente.

Os objetivos específicos realizados e alcançados foram: **(1)** apresentar os dados das ocorrências desse crime em três esferas: municipal, estadual e nacional; desta forma o leitor/a pode compreender a recorrência da violência e a importância de divulgação de trabalhos sobre a temática. **(2)** Apresentar ferramentas legislativas e instituições que atuam para a proteção de crianças e adolescentes no estado e no país; **(3)** Contar histórias de pessoas que foram vítimas dessa violência no estado de MS, para representar os números com casos reais e uma apuração sensível e empática em uma produção jornalística.

Algumas alterações foram necessárias, dos objetivos definidos no pré-projeto para o trabalho final. Primeiro, existia a intenção de ter dados mais detalhados sobre a violência sexual no estado e no município, mas não foi possível devido a dificuldade para obter essas informações no tempo de produção deste produto. Ainda assim, foi possível organizar os dados disponibilizados. Outro fator, foi não ser possível apurar mais sobre os Conselhos Tutelares (CTs) da região, apesar da visita realizada em 2023.

Muitas demandas surgiram na construção desse produto, e não pude apurar diretamente com as conselheiras, e nem com os outros oito CTs de Campo Grande. Durante a pesquisa, foi possível perceber alguns aspectos mais importantes, que exigiriam mais pesquisa sobre os CTs, como: o público não possui uma compreensão integral sobre a função deste órgão; o processo de eleição para conselheiros não é bem divulgado e existem candidatos que possuem propostas que devem ser atentamente compreendidas pela comunidade; e por fim, conselheiros tutelares parecem possuir



escassez em capacitações eficazes para o atendimento de urgência e violências intrafamiliares, o que prejudica os processos no município. Por conta dessas observações, e da inviabilidade de tempo de reflexão, consulta e análise, decidi não colocar o órgão no trabalho, deixando para apresentá-lo em pesquisas futuras.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção da infografia multimídia sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes tem a finalidade de entender melhor as consequências sociais desse crime, apresentar ferramentas para a proteção e prevenção e, acima disso, expor a perversa cultura que silencia essas vítimas, que culpabiliza crianças e adolescentes e normaliza o estupro e o abuso de vulneráveis.

Esse trabalho contribui para o acesso a uma temática carregada de medos e preconceitos do público leitor, mas também pode colaborar para um repositório de produções jornalísticas sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes. E por se tratar de uma produção que tem enfoque a Educação Sexual, existe a possibilidade de que esse material seja compartilhado em escolas e faça parte de ações de conscientização à proteção e prevenção de infâncias e adolescências.

As pesquisas em referencial teórico, apuração de dados, entrevistas com especialistas e vítimas confirmou e trouxe informações relevantes sobre uma realidade conhecida pelas famílias e comunidades. É, razoavelmente, comum conhecer alguém próximo que foi vítima na infância ou adolescência de violência sexual, ou alguém que conhece alguém. Não deveria ser.

Durante as entrevistas com as fontes personagens, pude perceber que aquelas pessoas não eram as únicas vítimas na família, os casos aumentavam nas gerações anteriores a elas. Em todas as gerações, apenas silêncio. O barulho do silêncio. A convivência diária com a violação de limites, dignidade e corpos das vítimas talvez seja uma das minhas percepções mais amargas do contato com as histórias narradas. Aquelas que ousaram quebrar esse ciclo foram taxadas de erradas e injustas.



Ainda que as conquistas legislativas sejam um avanço para o país e para o direito infanto-juvenil, percebi com esta produção que existe, ainda, um longo caminho a ser traçado para quebrar a cultura de estupro, que normaliza a violência contra corpos vulneráveis. Um exemplo extremamente recente é o Projeto de Lei 1904/2024, que aumenta a pena para casos de aborto após a 22ª semana, até mesmo para os casos que são legalizados, entre eles, vítimas de estupro. E quando entendemos que 75,8% das vítimas de estupro no Brasil, são vulneráveis, isso significa que essas meninas e mulheres serão punidas por um crime contra seus próprios corpos.

O principal lema da luta pela Educação Sexual é “Informar para proteger”. E neste sentido, deve-se considerar, aqui, não somente a capacitação de crianças e adolescentes, mas também o compartilhamento de informações com a sociedade como um todo, com o objetivo de proteger os direitos garantidos, toda infância e adolescência e a educação sexual, em especial no ambiente escolar. Para isso, é reconhecida a função política, social e parcial do jornalismo. Todo o processo produtivo deste infográfico multimídia me ajudou a reafirmar isso.

Desta forma, compreendo que esse trabalho reflete, não somente a minha história como vítima, mas em especial os passos que ainda quero dar como jornalista. Firmo minha concepção de que ser jornalista não é imparcial, é ser cuidadosa e empática, e pesquisadora, curiosa, exercendo um ato, conscientemente, político. A construção deste Trabalho de Conclusão de Curso, assim como outros trabalhos realizados durante a graduação em jornalismo, contribuiu para minha formação humana, voltada para produzir trabalhos e pesquisas que proporcionem oportunidade de visibilidade a pautas diversificadas e necessárias no acesso à informação de qualidade pela sociedade.

Ainda, durante todos esses processos, contei com incentivos e ajudas. O que me fez perceber com mais força, que toda conquista é coletiva, principalmente quando se trata de um trabalho jornalístico. Assim, finalizo agradecendo a todas as pessoas envolvidas nesse processo. Crente de que, também, as transformações precisam ser coletivas.



4.REFERÊNCIAS

BALBINOTTI, Cláudia. **A violência sexual infantil intrafamiliar: a revitimização da criança e do adolescente vítimas de abuso.** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Direito & Justiça, v. 35, n. 1, p. 5-21, jan./jun. 2009. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/view/8207>. Acesso em: 23 mai. 2022.

BARBOZA, Eduardo Fernando Uliana; SILVA, Ana Carolina Araújo. Infografia multimídia: possibilidades interativas de um novo gênero ciberjornalístico| Multimedia infographics: interactive possibilities of a new online journalistic genre. **InfoDesign-Revista Brasileira de Design da Informação**, v. 14, n. 3, p. 340-352, 2017. Disponível em:

<https://infodesign.emnuvens.com.br/infodesign/article/view/557/353>. Acesso em: 20 de mai. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. **Orientação Sexual, 1ª a 4ª série.** Brasília, MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12640-parametros-curriculares-nacionais-1o-a-4o-series>. Acesso em: 22 mai. 2022.

BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. **Orientação Sexual, 5ª a 8ª série.** Brasília, MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12657-parametros-curriculares-nacionais-5o-a-8o-series>. Acesso em: 22 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009.** Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1 de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Brasília, Presidência da República, 2009. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm. Acesso em: 22 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República, 2014. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 11 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 16 mai. 2022.

CALZA, Márton Uliana. **Elementos de identidade visual no projeto gráfico das revistas de moda.** In: Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM), realizado em Foz do Iguaçu-PR, de. 2014.

CARVALHO, Juliana & ARAGÃO, Isabella. Infografia: Conceito e Prática. São Paulo. In **InfoDesign**, v. 9, n. 3, 77, 2012, p. 160 - 177.

CRUZ, Amadeu Roselli. AMORIN, Sandra Maria Francisco de. **Abuso Sexual na Infância: conceitos básicos e medidas de prevenção. Reflexões Sobre o Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes.** In: SILVA, Anamaria Santana; SENNA, Ester; KASSAR, Mônica de Carvalho (org.). Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e tráfico para os mesmos fins: 22 contribuições para o enfrentamento a partir de experiências em Corumbá-MS. Brasília : OIT, 2005. Disponível em:

www.ilo.org/brasilia/publicacoes/WCMS_233635/lang--pt/index.htm. Acesso em: 20 mai. de 2022.



- CUNHA, Maria Leonina Couto. **Cartilha Maio Laranja 2021: Abuso sexual contra crianças e adolescentes – abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/CartilhaMaioLaranja2021.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2022.
- JUSTINO, Lucyana Conceição Lemes *et al.* **Violência sexual contra adolescentes: notificações nos conselhos tutelares, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil**. Revista Gaúcha de Enfermagem [online]. 2011, v. 32, n. 4, pp. 781-787. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1983-14472011000400020>. Acesso em: 22 mar. 2022.
- LAGE, Nilson. **A reportagem: Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. [s. l.]: Record, 2001.
- LAGE, Nilson. **A reportagem: Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. [s. l.]: Record, 2001.
- LIMA, Francynne Roberta dos Santos. **O Abuso Sexual Intrafamiliar Contra a Criança e o Adolescente**. Universidade Federal de Alagoas, 2017. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFAL_5c0fac08fc5fd267ad9126e59751f403. Acesso em: 20 mai. 2022.
- LIMA, Ricardo Cunha da. O que é infografia jornalística? **InfoDesign - Revista Brasileira de Design da Informação**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 111–127, 2015. DOI: 10.51358/id.v12i1.312. Disponível em: <https://www.infodesign.org.br/infodesign/article/view/312>. Acesso em: 16 mai. 2024.
- MANCINI, Leonardo; VASCONCELLOS, Fabio. **Jornalismo de Dados: conceito e categorias**. Revista Fronteiras, v. 18, n. 1, 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7582958/mod_resource/content/1/Jornalismo_de_Dados_Conceitos_e_categorias.pdf. Acesso em: 27 jun. 2024.
- MEDINA, Cremilda. A. **Entrevista: o diálogo possível**. 2 ed. São Paulo: editora? 1990. 94 p.
- MORAES, Ary. **Infografia: história e projeto**. São Paulo: Blucher, 2013.
- OLIVEIRA, Marcio de. SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da. MAIO, Eliane Rose. Violência sexual contra crianças e contra adolescentes: a escola como canal de proteção e de denúncia. Florianópolis. **Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação**, v. 38, n. 4, p. 01 – 23. out./dez. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/348474501_Violencia_sexual_contra_crianças_e_adolescentes_a_escola_como_canal_de_proteção_e_denúncia. Acesso em: 30 mai. 2022.
- PAIXÃO, Érika de Souza; NETO, João Clemente de Souza. O abuso sexual de crianças e adolescentes: considerações sobre o fenômeno. **Revista Territorium**, 2020, n.º 27(I): Riscos, Segurança Comunitária, Emergência e Proteção Civil, p. 97 a 111. Disponível em: https://doi.org/10.14195/1647-7723_27-1_8. Acesso em 12 abr. 2022.
- PALACIOS, Marcos et al. Um mapeamento de características e tendências no jornalismo online brasileiro e português. **GJOL: 20 anos de percurso**, p. 153, 2002. Disponível em: https://grupojol.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/04/2002_palacios_mapeamentojol.pdf. Acesso em: 20 de mai. 2024.
- RIBAS, Beatriz. **Infografia Multimídia: um modelo narrativo para o webjornalismo**. Salvador: FACOM, UFBA, 2004. Disponível em: https://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2004_ribas_infografia_multimidia.pdf. Acesso em: 16 de jun. de 2024



SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Seropédica: EDUR, 2011. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000016936.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2022.

SANTOS, Samara Silva dos. DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. **Psicologia & Sociedade**; 22 (2). Porto Alegre, 2010, p. 328-335. Disponível em: www.scielo.br/j/psoc/a/q39qMLgvCyXGjKYkVmjyTDh/?lang=pt#. Acesso em: 23 mai. 2022.

SILVA, Francilene Santos da. **Violência sexual intrafamiliar: um estudo sobre seu enfrentamento a partir da Intervenção Institucional**. 2017. 68 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social). Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/36240>. Acesso em: 10 mai. 2022.

SILVEIRA, Luciana Martha. **Introdução à teoria da cor**. 2 ed. Curitiba: UTFPR, 2015. 169 p. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1582/4/teoriacor.pdf>. Acesso em: 07 de mai. 2024.

SOUSA, Ana Filipa Teixeira. A infografia é jornalismo? **Revista Comunicando**, v. 1, n. 1, Porto: FCSH/UNL 2012, p. 43-56. Disponível em: <https://revistacomunicando.sopcom.pt/index.php/comunicando/article/view/96/41>. Acesso em: 20 de mai. 2024.

TEIXEIRA, Tattiana. **Infografia e jornalismo: conceitos, análises e perspectiva**. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/20642>. Acesso em: 26 mai. 2022.

UNICEF, FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**. Outubro de 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/panorama-da-violencia-letal-e-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil> . Acesso em: 16 de Mar. 2024.

VENTURA, Mariane Pires. **A Infografia e o Jornalismo de Dados na Construção do Acontecimento: Aproximações Teóricas**. In: 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Joinville, 2 a 8 de setembro de 2018. 2018. p. 1-15. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0374-1.pdf> . Acesso em: 03 jul. 2024



APÊNDICES

- **APÊNDICE 1 – Direcionamentos para entrevistas**

ANNA LUIZA CALIXTO

Tema geral

Bloco 2 - Rede de proteção - Educação sexual e sua contribuição para a proteção de crianças e adolescentes.

Itens relevantes a serem abordados

- Educação Sexual
- Violência sexual intrafamiliar
- Produção literária para crianças sobre autoproteção e autocuidado
- Palestras para prevenção a violências contra crianças e adolescentes em escolas
- Dificuldades para inserir a educação sexual em escolas
- Benefícios da educação de autoproteção

Histórico e informações adicionais

Anna Luiza é acadêmica de Ciências Sociais na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e atua como ativista e palestrante sobre o direito de crianças e adolescentes desde muito jovem. Ela também é autora de cartilhas que abordam a proteção de crianças e adolescentes sobre a violência sexual e o bullying.

O objetivo da entrevista é abordar o processo de produção da cartilha “Bem me Quer, mal me Quer?” que tem a história da personagem “menina brasileira” que é vítima dessa violência e passa por ensinamentos e orientações para seus leitores sobre onde buscar proteção e como ter uma autoproteção e autocuidado.

Anna Luiza também tem uma atuação em escolas públicas e privadas com a leitura desse livro e palestras para a prevenção à violência sexual e orientação de denúncias. A partir disso, também desejo conversar sobre como é a recepção da escola para essa temática e quais as dificuldades que ela enfrenta com esse público? Como as crianças e adolescentes recebem essa palestra? E quais os benefícios de tratar essa temática nas escolas?

Também compreender como a educação sexual pode ser uma ferramenta de prevenção e proteção a crianças e adolescentes da violência sexual, principalmente em ambiente intrafamiliar.

Links:

Cartilha Bem me Quer, Mal me Quer?

https://drive.google.com/file/d/1VkcSq2CB_G8TF5gfGQbcJaV8pHX1sWP2/view

Site Anna Calixto



<https://keepo.io/annacalixto/>

Roteiro de perguntas

1. O que é a educação sexual?
2. Por que ter educação sexual em escolas?
3. Quais as dificuldades de inserir palestras sobre educação sexual nas escolas?
4. Em suas palestras acontecem relatos espontâneos dos estudantes sobre violências sofridas?
5. O que você faz quando a criança ou adolescente realiza o relato espontâneo durante a palestra?
6. Quais os procedimentos que um educador deve seguir quando um estudante relata que é/foi vítima de violência sexual?
7. Vocês também preparam uma capacitação para a equipe pedagógica?
8. Como as escolas devem se preparar para identificar e denunciar casos de violência sexual?
9. O que não deve ser dito para um estudante que relatou ser vítima de violência sexual?
10. Por que a escola é uma importante ferramenta para a denúncia de casos de violência sexual intrafamiliar?

Fotos, vídeos, áudios ou infográficos

A entrevista vai acontecer de forma online pelo Google Meet e vai ser gravada em áudio e vídeo.

Posso usar ambos para o trabalho. Com a divulgação das páginas da cartilha “Bem me quer, mal me quer?”

CONSTANTINA XAVIER FILHA

Tema da entrevista

Bloco 2 - Rede de proteção - Educação sexual e sua contribuição para a proteção de crianças e adolescentes

Itens relevantes a serem abordados

- Educação Sexual
- Violência sexual intrafamiliar
- Atuação do docente
- Cinema com crianças

Roteiro de perguntas

Sobre a educação sexual

1. Por que o termo “Educação sexual” é mal-recebido por escolas e educadores? Qual o fantasma da educação sexual?



2. Como o ambiente educacional pode trabalhar a violência sexual de maneira à não afastar os estudantes?
3. Como os educadores podem ser capacitados para identificar crianças ou adolescentes que são vítimas de violência sexual?

Sobre trabalhar cinema com crianças

1. Como foi o processo de produção do curta “Eu protejo meu corpo”?
2. Qual foi a reação dos educadores para as conversas com os estudantes?
3. O que é uma linguagem adultocêntrica?
4. Durante a produção com as crianças houve alguma denúncia de violência sexual partindo dos estudantes?

Sobre a violência entre os gêneros?

1. Como a perspectiva de gênero atravessa a temática de violência sexual contra crianças e adolescentes?
2. Como o pacto de silêncio de violências intrafamiliares pode ser quebrado com a escola na rede de proteção?
3. Como evitar que meninas e meninos tenham educação diferente sobre autoproteção?

Fotos, vídeos, áudios ou infográficos

A ideia é gravar um vídeo da entrevista com a professora na UFMS, na sala dela, onde ela poderia conversar comigo sobre a atuação do docente diante situações de violência sexual contra entudantes crianças e adolescentes.
O planejamento da gravação é ser feita com o celular e a captação de som também ser feita com outro celular próximo da entrevistada

ANTONINA GALLOTTI

Tema geral

Bloco 2 - Rede de proteção - Ferramentas legislativas para a proteção de crianças e adolescentes em casos de violência sexual.

Itens relevantes a serem abordados

- História dos direitos da criança e do adolescente no Brasil
- Princípios Norteadores do ECA
- SGDCA
- A legislação para atendimento a casos de violência sexual

1. Como você descreveria a história dos direitos infantojuvenis no Brasil?
2. Quais os princípios norteadores do ECA?
3. Como o sistema jurídico brasileiro aborda a proteção à violência sexual contra crianças



e adolescentes?

4. Quais são medidas legais em situações de que o autor da violência sexual é um adolescente?
5. Quais são as medidas legais disponíveis para proteger crianças e adolescentes em situações de risco, como a violência sexual intrafamiliar?
6. Existe uma diferença significativa entre a teoria legal e a prática quando se trata da proteção dos direitos infantojuvenis no Brasil? Se sim, quais são essas diferenças?
7. Quais são os recursos legais disponíveis para crianças e adolescentes que buscam proteção ou assistência quando enfrentam violações de direitos?
8. Quais são os principais aspectos da escuta especializada conforme prevista na Lei 13.431?
9. Quais são as penalidades para violações da Lei 13.431, especialmente no que diz respeito à não realização adequada da escuta especializada ou à quebra de sigilo?
10. Quais são os principais desafios práticos ou jurídicos na implementação efetiva da Lei 13.431, e como os profissionais do direito estão lidando com esses desafios? - Escuta especializada
11. Quais são os direitos das vítimas e suas famílias durante e após o processo de escuta especializada, de acordo com as disposições da Lei 13.431?

Fotos, vídeos, áudios e infográficos

Entrevista feita e gravada por Google Meet - utilizar vídeo da entrevista gravada, mas também utilizar o recurso de ilustração.

MAIARA AVANCI

Tema geral

Bloco 2 - Rede de proteção - Educação sexual e sua contribuição para a proteção de crianças e adolescentes

Itens relevantes a serem abordados

- Planejamento da aula sobre autoproteção
- Relatos espontâneos
- Dificuldades de estar nas escolas

Histórico e informações adicionais

A professora Maiara Avanci é especialista nas áreas da saúde: Saúde da Mulher, Saúde da Família e Saúde da Criança. Ela tem sua primeira graduação em Ciências Biológicas e é professora em escolas de Campo Grande (MS). Já fez palestras, rodas de conversas e visitas a escolas em Campo Grande para educação sexual e prevenção de violência sexual contra crianças e adolescentes. Em uma de suas palestras auxiliou uma estudante a reconhecer a violência que sofreu em um atendimento com um médico ginecologista.



Roteiro de perguntas

1. Pode se apresentar, por gentileza?
2. Quando surgiu o interesse por essa temática?
3. Quando você iniciou as orientações para autoproteção das crianças e adolescentes?
4. Como são suas aulas sobre orientação de autoproteção?
5. Qual a idade dos estudantes com quem você conversa?
6. Você aplica essa temática de forma transversal na disciplina que ministra?
7. Como é a recepção das escolas para a temática de autoproteção à violência sexual?
8. Por que a disciplina de biologia tem maior adesão à temática de proteção sexual e física?
9. Em algum momento de suas palestras ocorreu um relato espontâneo das crianças ou adolescentes?
10. Para você, quais os benefícios das orientações de autoproteção nas escolas?
11. Quais os mitos em relação à educação sexual já escutou?
12. Como os responsáveis dos estudantes reagem?

Fotos, vídeos, áudios e infográficos

A ideia é gravar um vídeo da entrevista com a professora na UFMS, na sala dela, onde ela poderia conversar comigo sobre a atuação do docente diante situações de violência sexual contra estudantes crianças e adolescentes. Captação de vídeo por celular e áudio por microfone de smartphone.

VÍTIMAS ENTREVISTADAS

Tema geral

Bloco 3 - O barulho do silêncio - histórias de vítimas de violência sexual na infância e adolescência em Mato Grosso do Sul.

Itens relevantes a serem abordados

- Memórias sobre Educação sexual na escola
- Orientações sobre autoproteção/educação sexual com adultos da família ou outros do convívio
- Idade de quando foi vítima
- A relação entre a vítima e o abusador
- Recorrência do crime
- Denúncia
- Consequências psicológicas

Histórico e informações adicionais

Para todas as entrevistas vai ser utilizado o mesmo roteiro de perguntas, pois o objetivo é usar apenas para auxiliar o início da conversa, pois não se tem nenhuma informação



prévia sobre a história e as características dessas fontes. O objetivo é entender as consequências dessa violência para a vida da vítima, quais foram as assistências de uma rede de produção e quais orientações de autoproteção foram oferecidas para essas pessoas.

Nenhuma fonte será identificada, não somente com a substituição do nome real, mas também evitar descrever características físicas ou muitas características sobre a localização de onde ocorreu a violência, por segurança e respeito às vítimas.

Roteiro de perguntas

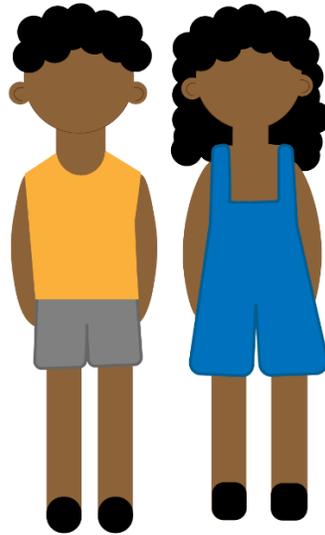
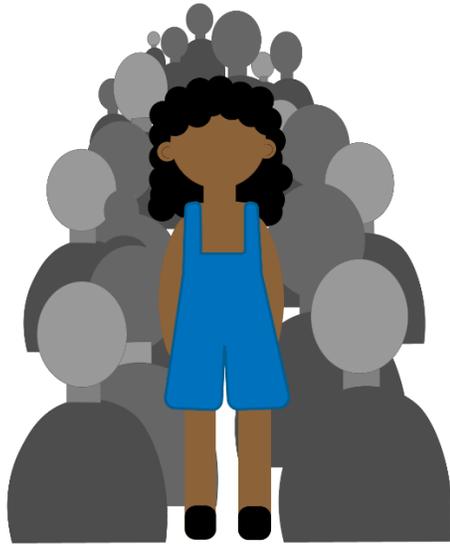
1. Você poderia se apresentar? - Características profissionais e pessoais.
2. Qual acesso à educação de autoproteção/ educação sexual você teve na escola?
3. Qual orientação você recebeu de seus responsáveis ou adultos próximos sobre autoproteção?
4. O que você já ouviu sobre Educação sexual? Qual sua opinião sobre essa temática?
5. Você tem memória de ouvir histórias de outras crianças ou adolescentes que foram vítimas dessa violência? Se sim, como foi a sua reação?
6. Quantos anos você tinha quando foi vítima de violência sexual?
7. Qual a sua relação com o seu/sua abusador/a?
8. Essa violência ocorreu mais de uma vez?
9. Quando percebeu que o que aconteceu foi uma violência?
10. Você contou o que ocorreu para algum adulto ou responsável? Se sim, qual foi a orientação e reação desse adulto?
11. Caso não tenha contado para ninguém sobre o ocorrido, o que te impediu de falar?
12. Em algum momento pensou em realizar uma denúncia formal?
13. Quais foram as consequências dessa violência na sua vida?
14. Você já realizou acompanhamento psicológico?

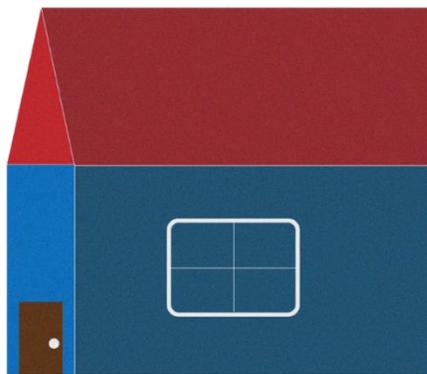
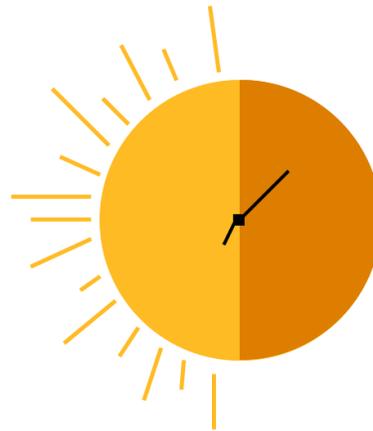
Fotos, vídeos, áudios e infográficos

Será feito apenas captação de áudio para a produção textual das falas da fonte. Mas nada de vídeos ou áudios vão ser utilizados, para que a vítima não seja reconhecida. Será feito apenas ilustrações digitais de falas ou elementos visuais que representam a história da fonte.



APÊNDICE 2 – Ilustrações





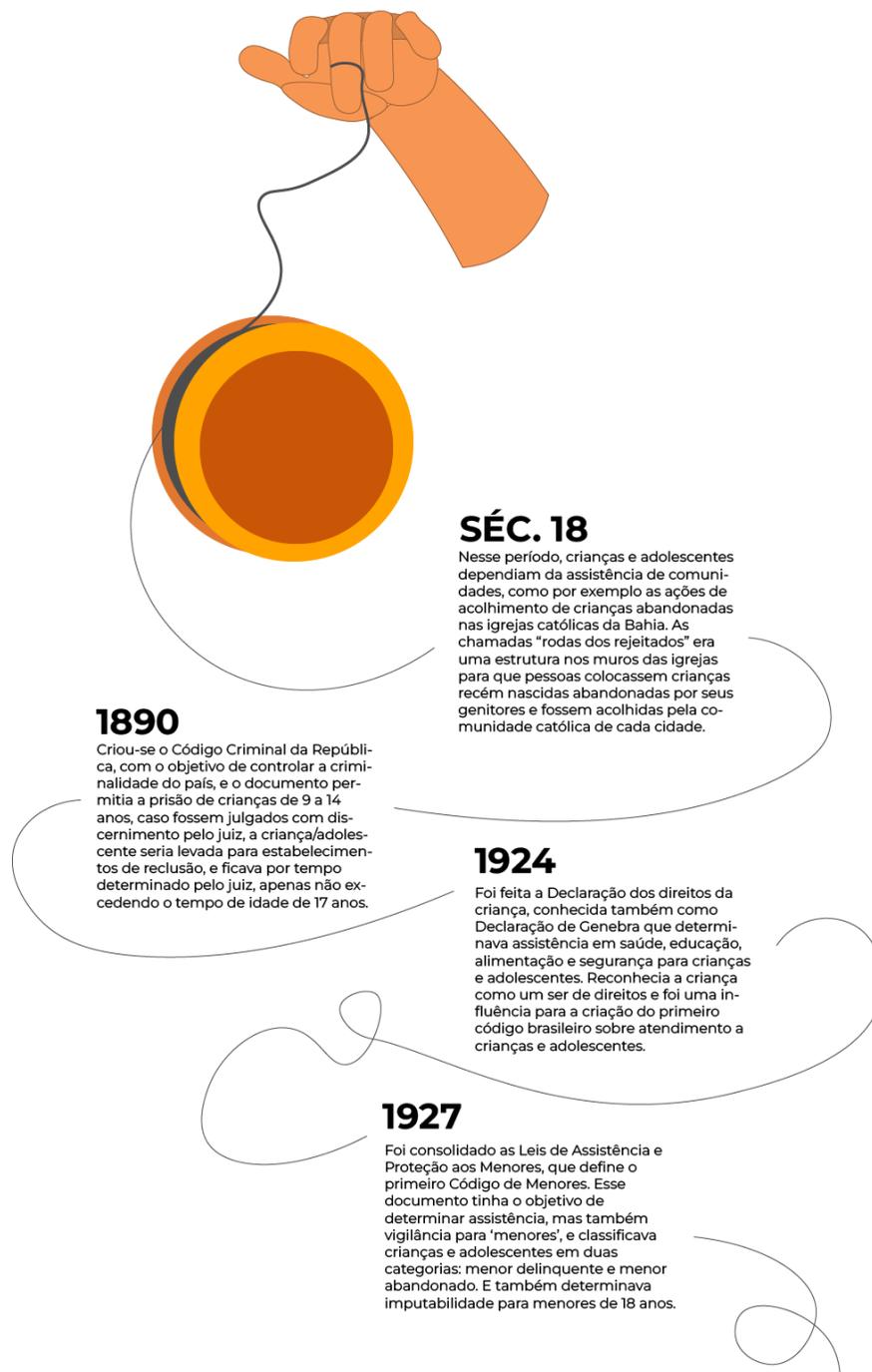
APÊNDICE 3 – Quadrinhos







APÊNDICE 4 – Linha do Tempo Direitos da Criança e do Adolescente





1942

O governo de Getúlio Vargas criou o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) que tinha o objetivo de responder às preocupações da sociedade sobre as crianças abandonadas ou em situação de rua. Esse sistema retirava essas pessoas da rua, mas colocavam em estabelecimentos do Sistema Penitenciários para Menores.

1964

A Ditadura Militar no Brasil manteve uma rigorosa punição de crianças e adolescentes, extinguiu o antigo SAM do governo Vargas e criou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) com o objetivo de implantar a Política Nacional de Bem-Estar do Menor. Para a administração dos estados a Funabem atuava juntamente com as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEM), eram responsáveis por recolher e internar crianças e adolescentes dos municípios para uma reintegração do jovem à sociedade. Durante anos essas instituições receberam denúncias de superlotação e violências dos próprios funcionários e militares contra crianças e adolescentes inseridos nos programas.

1988

A pressão e presença de movimentos sociais na euforia da redemocratização pós-ditadura militar possibilitou os discursos sobre a proteção integral e a criação de um Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA). A Constituição Federal redige o Artigo 227 que determina a prioridade absoluta para crianças e adolescentes e a também coloca a responsabilidade de proteção deste público para todos, família, sociedade e Estado.

1989

A Assembleia Geral da ONU realizou a Convenção Sobre os Direitos da Criança. Esse documento foi aceito por 196 países, incluindo o Brasil e foi uma importante ferramenta para a implementação do estatuto.

1990

Foi promulgado no dia 13 de julho o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei 8.069. O ECA é o documento mais importante para a garantia dos direitos da criança e do adolescente brasileiros.



APÊNDICE 5 – Termos de Autorização de Entrevistas e Uso de Vídeos e Áudios

 Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul 

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTAS
E USO DE VÍDEOS E ÁUDIOS**

Eu, _____ Maíara Ricalde Machado Avanci
portador(a) do
RG 001822086, inscrito(a) no CPF sob nº 05720495100

AUTORIZO expressamente, a participação no projeto experimental intitulado “**BARULHO DO SILÊNCIO**”, que resultará na elaboração de um produto jornalístico a ser apresentado como Trabalho para conclusão do curso de **Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)**.

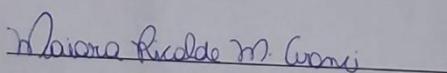
Procedimentos utilizados:

gravação da entrevista/ depoimento em áudio, COM identificação do(a) entrevistado (a)
 gravação da entrevista/ depoimento em vídeo, COM identificação do(a) entrevistado (a)
 imagens COM identificação do(a) entrevistado (a)

Afirmo ter ciência que a transferência é concedida em caráter totalmente gratuito e que o produto, baseado nos procedimentos jornalísticos, objetiva abordar sobre as principais informações e características acerca da Violência Sexual contra crianças e adolescentes, a partir de levantamentos sobre o tema e entrevista com fontes especialistas, com a intenção de informar sobre esta violência.

Assim posto, a acadêmica **JANAINA ARAUJO LIMA**, portadora do RG 2.262.216 SEJUSP/MS, inscrita no CPF sob nº 070.457.161-76, fica autorizada para utilizar minha imagem e/ou voz, captada por meio de gravações de áudios e/ou filmagens em entrevistas; executar a redação e o webdesign da infografia multimídia; e reproduzir o material resultante do desenvolvimento do projeto, respeitando sempre os fins aqui estipulados.

Campo Grande, MS, 26 de outubro de 2023.


(ASSINATURA)



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTAS
E USO DE VÍDEOS E ÁUDIOS**

Eu, **Constantina Xavier Filha**, portador(a) do RG 377.186, inscrito(a) no CPF sob nº 437556741-49, AUTORIZO expressamente, a participação no projeto experimental intitulado “**BARULHO DO SILÊNCIO**”, que resultará na elaboração de um produto jornalístico a ser apresentado como Trabalho para conclusão do curso de **Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)**.

Procedimentos utilizados:

- (X) gravação da entrevista/ depoimento em áudio, COM identificação do(a) entrevistado (a)
- (X) gravação da entrevista/ depoimento em vídeo, COM identificação do(a) entrevistado (a)
- () imagens COM identificação do(a) entrevistado (a)

Afirmo ter ciência que a transferência é concedida em caráter totalmente gratuito e que o produto, baseado nos procedimentos jornalísticos, objetiva abordar sobre as principais informações e características acerca da Violência Sexual contra crianças e adolescentes, a partir de levantamentos sobre o tema e entrevista com fontes especialistas, com a intenção de informar sobre esta violência.

Assim posto, a acadêmica **JANAINA ARAUJO LIMA**, portadora do RG 2.262.216 SEJUSP/MS, inscrita no CPF sob nº 070.457.161-76, fica autorizada para utilizar minha imagem e/ou voz, captada por meio de gravações de áudios e/ou filmagens em entrevistas; executar a redação e o webdesign da infografia multimídia; e reproduzir o material resultante do desenvolvimento do projeto, respeitando sempre os fins aqui estipulados.

Campo Grande, MS , 14 de outubro de 2023.

(ASSINATURA)



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTAS E USO DE VÍDEOS E ÁUDIOS

Eu, Anna Luiza Calixto Amaral, portador(a) do RG 56.062.708-7 inscrito(a) no CPF sob nº 433.686.818-26 AUTORIZO expressamente, a participação no projeto experimental intitulado **"BARULHO DO SILÊNCIO"**, que resultará na elaboração de um produto jornalístico a ser apresentado como Trabalho para conclusão do curso de **Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)**.

Procedimentos utilizados:

- (X) gravação da entrevista/ depoimento em áudio, COM identificação do(a) entrevistado (a)
(X) gravação da entrevista/ depoimento em vídeo, COM identificação do(a) entrevistado (a)
() imagens COM identificação do(a) entrevistado (a)

Afirmo ter ciência que a transferência é concedida em caráter totalmente gratuito e que o produto, baseado nos procedimentos jornalísticos, objetiva abordar sobre as principais informações e características acerca da Violência Sexual contra crianças e adolescentes, a partir de levantamentos sobre o tema e entrevista com fontes especialistas, com a intenção de informar sobre esta violência.

Assim posto, a acadêmica **JANAINA ARAUJO LIMA**, portadora do RG 2.262.216 SEJUSP/MS, inscrita no CPF sob nº 070.457.161-76, fica autorizada para utilizar minha imagem e/ou voz, captada por meio de gravações de áudios e/ou filmagens em entrevistas; executar a redação e o webdesign da infografia multimídia; e reproduzir o material resultante do desenvolvimento do projeto, respeitando sempre os fins aqui estipulados.

12 de setembro de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br ANNA LUIZA CALIXTO AMARAL
Data: 23/09/2024 13:02:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(ASSINATURA)



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTAS
E USO DE VÍDEOS E ÁUDIOS**

Eu, ANTONINA GALLOTTI LIMA LEÃO, portador(a) do RG 749776, SSP/SE, inscrito(a) no CPF sob nº 532.117.315-04, AUTORIZO expressamente, a participação no projeto experimental intitulado “**BARULHO DO SILÊNCIO**”, que resultará na elaboração de um produto jornalístico a ser apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso, para conclusão do curso de **Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)**.

Procedimentos utilizados:

- (X) gravação da entrevista/ depoimento em áudio, COM identificação do(a) entrevistado (a)
- (X) gravação da entrevista/ depoimento em vídeo, COM identificação do(a) entrevistado (a)
- () imagens COM identificação do(a) entrevistado (a)

Afirmo ter ciência que a transferência é concedida em caráter totalmente gratuito e que o produto, baseado nos procedimentos jornalísticos, objetiva abordar sobre as principais informações e características acerca da Violência Sexual contra crianças e adolescentes, a partir de levantamentos sobre o tema e entrevista com fontes especialistas, com a intenção de informar sobre esta violência.

Assim posto, a acadêmica **JANAINA ARAUJO LIMA**, portadora do RG 2.262.216 SEJUSP/MS, inscrita no CPF sob nº 070.457.161-76, fica autorizada para utilizar minha imagem e/ou voz, captada por meio de gravações de áudios e/ou filmagens em entrevistas; executar a redação e o webdesign da infografia multimídia; e reproduzir o material resultante do desenvolvimento do projeto, respeitando sempre os fins aqui estipulados.

07 de junho de 2024.

(ASSINATURA)